

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	30
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	36
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	37
2.5 Medições não contábeis	39
2.6 Eventos subsequentes as DFs	44
2.7 Destinação de resultados	50
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	54
2.10 Planos de negócios	55
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	57
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	58
5.2 Descrição dos controles internos	63
5.3 Programa de integridade	66
5.4 Alterações significativas	69
5.5 Outras informações relevantes	70

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. Comentários dos Diretores:

#### 2.1 Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 as quais foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e nas informações trimestrais sobre a situação financeira da Companhia. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras da Companhia com os respectivos exercícios sociais, e os principais fatores que explicam tais alterações entre os exercícios sociais.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 2 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Horizontal compara índices ou itens de uma mesma rubrica, enquanto a Análise Vertical representa o percentual da rubrica em relação à receita operacional líquida, ativo/passivo total, patrimônio líquido ou à conta devidamente indicada.

#### a. comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma holding que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração, comercialização de energia elétrica e saneamento, assim como de prestação de serviços relacionados à energia elétrica no Brasil. A Companhia possui sede em São Luís, no Estado do Maranhão, tendo suas ações negociadas na B3 sob o ticker "EQTL3" e, desde 2008, participa do segmento de listagem do Novo Mercado.

A Administração da Companhia entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio de uma análise dos números do ativo circulante e do passivo circulante, é possível verificar que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas obrigações. A Administração da Companhia não tem como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entenda necessário captar recursos para financiar seus investimentos e possíveis aquisições, acredita que a Companhia terá capacidade para contratá-los.

Abaixo estão apresentadas as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Patrimônio Líquido	18.567	14.604	12.278

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida Bruta(a)	42.133	26.332	18.749
Dívida Líquida(b)	33.912	13.726	10.382
Ativo Circulante	21.689	21.690	14.645
Passivo Circulante	22.100	12.989	8.710
Passivo Não Circulante	49.951	34.120	23.136
<b>Índice de liquidez corrente(c)</b>	<b>0,98</b>	<b>1,67</b>	<b>1,68</b>
<b>Índice de endividamento geral(d)</b>	<b>3,88</b>	<b>3,23</b>	<b>2,59</b>

- a) A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (circulante e não circulante), este último referente a controlada Companhia, Equatorial Pará. Para mais informações, veja o item 3.2 deste Formulário de Referência.
- b) Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS. A Dívida Líquida é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (incluindo investimentos de curto prazo e títulos de valores mobiliários) e outros ajustes, conforme demonstrados no 2.5 deste Formulário de Referência.
- c) Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
- d) Corresponde à divisão da soma do passivo circulante e o passivo não circulante pelo patrimônio líquido. Vale notar, que a medida contábil de endividamento geral não reflete o cálculo da apuração dos covenants da Companhia, utilizada em suas obrigações financeiras, que considera a métrica ajustada Dívida Líquida/ EBITDA 12 meses, incluindo ajustes e o EBITDA 12 meses de ativos adquiridos. Em 31/12/2022, este índice foi 4,1x.

### b. comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia e suas controladas realizam frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 20% de capital próprio (Patrimônio líquido) e 80% de capital de terceiros (Passivo total).

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 24% de capital próprio (Patrimônio líquido) e 76% de capital de terceiros (Passivo total).

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 28% de capital próprio e 72% de capital de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação proporcional entre dívida líquida e patrimônio líquido<sup>1</sup>, é adequada para a continuidade de suas atividades.

	(em milhões)		
	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>Capital próprio</b>	<b>20%</b>	<b>24%</b>	<b>28%</b>
Capital social	8.872	4.655	3.490
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7	-	-
Reserva de capital	188	156	118
Reserva de lucros	8.246	8.860	7.139

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ajuste de avaliação patrimonial	(56)	(272)	(253)
Ações em Tesouraria	(643)	(643)	(32)
Participação de acionistas não controladores	1.953	1.848	1.816
Patrimônio líquido	18.567	14.604	12.278
<b>Capital de terceiros</b>	<b>80%</b>	<b>76%</b>	<b>72%</b>
Passivo circulante	22.100	12.989	8.710

<sup>1</sup> Refere-se aos indicadores (i) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e (ii) Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)

	(em milhões)		
	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Passivo não circulante	49.951	34.120	23.136

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazos e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente, a Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de crescimento observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia e suas controladas administram seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia e de suas controladas.

### c. comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia entende que tem capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas. Os contratos financeiros da Companhia possuem cláusulas restritivas (*covenants*) utilizados como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e, quando aplicável, de suas controladas pelos credores envolvidos em contratos de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estavam em cumprimento com todas as obrigações estabelecidas em seus contratos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava R\$ 10.853 milhões de dívida bruta no passivo circulante (cálculo considerando Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Credores Financeiros dos Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial do passivo circulante), dos quais R\$ 7 bilhões são referentes às dívidas da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) com o antigo controlador, companhia que assumimos em 28 de dezembro, já em janeiro de 2023 a Companhia captou recursos de longo prazo no mercado e já pré-pagou até março de 2023 R\$6,6 bilhões deste empréstimo. Considerando-se a posição de R\$ 7.881 milhões em disponibilidades (considerando caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras do ativo circulante) no encerramento do referido período, os Diretores acreditam que a

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava R\$ 3.622 milhões de dívida bruta no passivo circulante (cálculo considerando Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Credores Financeiros dos Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial do passivo circulante). Considerando-se a posição de R\$ 10.371 milhões em disponibilidades (considerando caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras do ativo circulante) no encerramento do referido período, os Diretores acreditam que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava R\$ 3.143 milhões de dívida bruta vencendo no passivo circulante de dívida bruta vencendo no passivo circulante (cálculo considerando Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Credores Financeiros dos Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial do passivo circulante). Considerando-se a posição de R\$ 7.617 milhões em disponibilidades (considerando caixa e equivalente de caixa do ativo circulante) no encerramento do referido exercício, os Diretores acreditam que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Adicionalmente, a Companhia contrata empresa de Rating para avaliação da sua capacidade financeira, o que auxilia no processo de captação de recursos junto a terceiros pela Companhia. Abaixo, demonstramos a evolução do rating da Companhia em escala local, de acordo com a S&P:

2020	2021	2022
AAA	AAA	AAA

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

A Companhia e suas controladas visando sempre a obter as menores taxas e maiores prazos a suas demandas de investimento fixo e/ou capital de giro, recorre aos principais provedores de *funding*, ou seja, Mercado de Capitais (principalmente debêntures), BNDES, Bancos de Desenvolvimento Regionais (BNB e BASA), Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE), Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

Nesse contexto, as principais fontes financiamento do Grupo, para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, em ordem de participação no saldo total são: (i) Mercado de Capitais (principalmente debentures); (ii) BNDES; (iii) Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131); Bancos de Desenvolvimento Regionais (BNB e BASA); Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE).

Pelos quatro principais segmentos de atuação do Grupo, em ordem de participação no saldo total, temos a seguinte visão: (i) Distribuição de energia - Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES e Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131); (ii) Transmissão de energia - Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES, BNB e FDA; (iii) Geração Renovável – BNB, Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES e FDNE; (iv) Saneamento - Mercado de Capitais (principalmente debentures) e BASA.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atualmente, a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras, além de amplo acesso ao mercado de capitais. Os Diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes nas controladas da Companhia, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais, mercado de capitais e/ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 42,1 bilhões, dos quais 8,9% (R\$ 3.7 bilhões) em moeda estrangeira. A Dívida Líquida da Companhia nessa data atinge R\$ 33.9 bilhões. Do valor total da Dívida Bruta acima, 25,8% (R\$ 10.9 bilhões) está classificado no passivo circulante e 74,2% (R\$ 31.3 bilhões) está classificado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 26.3 bilhões, dos quais 12,9% (R\$ 3.4 bilhões) em moeda estrangeira. A Dívida Líquida da Companhia nessa data atinge R\$ 13.7 bilhões. Do valor total da Dívida Bruta acima, 13,8% (R\$ 3.6 bilhões) está classificado no passivo circulante e 86,2% (R\$ 22.7 bilhões) está classificado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 18.7 bilhões, dos quais 9,8% (R\$ 1.8 bilhões) em moeda estrangeira. A Dívida Líquida da Companhia nessa data atinge R\$11.3 bilhões. Do valor total da Dívida Bruta acima, 16,8% (R\$ 3.1 bilhões) está classificado no passivo circulante e 83,2% (R\$ 15.6 bilhões) está classificado no passivo não circulante.

Com relação às obrigações em moeda estrangeira, estas estão 100% protegidas por instrumento de *hedge* em reais:

Exercício social findo em 31 de dezembro de			
Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2022	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>10.853</b>	<b>3.622</b>	<b>3.143</b>
Moeda Estrangeira	903	1.375	401
Moeda Nacional	9.950	2.247	2.742
<b>Não Circulante</b>	<b>31.280</b>	<b>22.710</b>	<b>15.606</b>
Moeda Estrangeira	2.847	2.030	1.445
Moeda Nacional	28.433	20.680	14.161
<b>Total Geral</b>	<b>42.133</b>	<b>26.332</b>	<b>18.749</b>

#### a. contratos de Empréstimos, Financiamentos, e Debêntures relevantes

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Diretoria da Companhia destaca a seguir as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pelas controladas da Companhia, bem como os respectivos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes empréstimos e financiamentos Em R\$ milhões

	Custo da dívida (% a.a.)	2022		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda estrangeira (USD)</b>				
Banco Citibank S.A.	CDI + 0,78% e 111,8% CDI	444.225	19.727	463.952
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	CDI+1,45% a 1,48%	5.089	495.783	500.872
Bank of America	CDI+1,50%	253.919	-	253.919
Agência Francesa de Desenvolvimento	-	-	-	-
Banco Bocom BBM	CDI+1,71%	7	18.234	18.241
Scotiabank	CDI+1,35% a 1,85%	196.096	1.893.004	2.089.100
Santander	CDI +1,62%	3.765	420.039	423.804
Total moeda estrangeira		903.101	2.846.787	3.749.888
<b>Moeda nacional</b>				
Eletrobras	124,75% do CDI + 0,5%/ 6,0%	170.963	200.400	371.363
CEEE-GT	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	IPCA+3,93% a 5,96% /TLJP +2,02% a 2,88%	536.099	8.390.505	8.926.604
Banco do Brasil	6,00% /IPCA +0,96% a 1,62%	60.087	950.815	1.010.902
Banco do Nordeste	IPCA + 0,96% a 2,98% / CDI +3,66% /2,5%	162.786	2.819.774	2.982.560
Caixa Econômica Federal	6,00%	10.502	36.639	47.141
CCEE/RGR/ANEEL	5,00%	-	1.055.461	1.055.461
Santander	CDI + 1,62% a 1,65%	7.438	250.000	257.438
China Construction Bank	CDI + 0,97%	7.309	150.000	157.309
Banco da Amazônia	IPCA +1,68% a 2,05%	7	11.080	11.087
CELGP/AR	6,80%	11.265	49.763	61.028
FIDC Série A	CDI + 3%	31.882	-	31.882
FIDC Série B	IPCA + 9,70%	14.689	-	14.689
Enel Brasil	CDI + 1,40%	7.055.025	-	7.055.025
Nota comercial	CDI + 1,35% a 1,40%	513.286	400.000	913.286
Nota promissória	CDI + 1,40%	-	586.037	586.037
Subtotal		8.581.338	14.900.474	23.481.812
(-) Custo de captação		(7.571)	(64.509)	(72.080)
(-) Ajuste a valor presente		-	(579.580)	(579.580)
(-) Cotas subordinadas FIDC		(74.041)	-	(74.041)
Subtotal		(81.612)	(644.089)	(725.701)
Total moeda nacional		8.499.726	14.256.385	22.756.111
Total		9.402.827	17.103.172	26.505.999

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes emissões (Debêntures) vigentes. Em R\$ milhões:

Controladora								31/12/2022		
Empresa	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
<b>EQTL Energia</b>	3ª	(1)/(3)/(4)	Única	448.400	CDI + 1,30% a.a.	out/18	out/24	15.258,79	448.178,50	463.437,29
<b>EQTL Energia</b>	5ª	(1)/(3)/(4)	1ª	1.700.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	dez/26	6.749,98	1.680.401,57	1.687.151,55
<b>EQTL Energia</b>	5ª	(1)/(3)/(4)	2ª	300.000	CDI + 1,70% a.a.	dez/21	dez/28	1.902,33	300.000,00	301.902,33
<b>EQTL Energia</b>	5ª	(1)/(3)/(4)	5ª	2.000.000	CDI + 1,40% a.a.	fev/22	fev/25	101.569,17	2.000.000,00	2.101.569,17
<b>Total</b>								<b>125.480,28</b>	<b>4.428.580,07</b>	<b>4.554.060,35</b>

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuíam as seguintes emissões (Debêntures) vigentes. Em R\$ milhões:

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Em 31 de dezembro de 2022		
								Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Pará	2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	28.209	27.102	55.311
Equatorial Pará	2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.643	10.178	20.821
Equatorial Pará (a)	3ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	136.663	-	136.663
Equatorial Pará	6ª	(1)/(3)/(4)	Única	0	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	23.518	1.345.496	1.369.014
Equatorial Maranhão (a)	7ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	156.752	-	156.752
Equatorial Maranhão	9ª	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	5.217	298.957	304.174
Equatorial Piauí	1ª	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	4.065	400.000	404.065
Equatorial Piauí	2ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/19	mai/23	314.032	-	314.032
Equatorial Alagoas	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	4.981	200.000	204.981
Equatorial Alagoas	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	745	97.444	98.189
Equatorial Transmissão	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	10.836	888.512	899.348
Equatorial Transmissão	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	68.989	68.115	137.104
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	0	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	364.853	892.620	1.257.473
CEEE-D	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	set/29	6.679	331.075	337.754
CEEE-D	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	250.000	CDI + 1,08% a.a.	dez/22	dez/29	343	250.233	250.576
CSA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	0	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/24	(1.094)	1.148.170	1.147.076
CEA	1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	1ª	500.000	CDI + 1,28% a.a.	dez/21	dez/24	-	569.255	569.255
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	3.763	64.791	68.554
Equatorial Transmissão 2 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	2.506	53.552	56.058
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	4.037	53.973	58.010
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	4.002	49.899	53.901
Equatorial Transmissão 5 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	1.014	78.277	79.291
Equatorial Transmissão 7 (a)	2ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	2.321	159.137	161.458
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	1.342	117.527	118.869
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	87.000	IPCA + 5,42% a.a.	abr/19	abr/39	1.596	107.150	108.746
Intesa	1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	100.000	IPCA + 4,75% a.a.	nov/18	out/25	43.094	83.519	126.613
Intesa	2ª	(1)/(3)/(4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	8.604	249.403	258.007
Intesa	2ª	(1)/(3)/(4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	5.300	150.000	155.300
Echoenergia Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 6,90% a.a.	jun/20	jun/30	4.374	205.596	209.970
Echoenergia Participações S.A (a)	2ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	2ª	140.000	IPCA + 4,75% a.a.	jan/21	jan/31	8.261	152.811	161.072
Echoenergia Participações S.A	3ª	(1)/(3)/(7)	Única	300.000	CDI + 2,20% a.a.	ago/21	jul/24	7.176	299.765	306.941
Ventos de São Clemente Holding	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	180.000	IPCA + 8,00%	abr/17	out/30	16.109	182.023	198.132



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

S.A (a)						a.a.					
Ventos de São Clemente Holding S.A	2ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	20.000	IPCA + 7,059%	a.a.	abr/20	dez/29	2.464	18.031	20.495
Serras Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	40.000	IPCA + 7,64%	a.a.	jul/18	jul/32	3.861	45.220	49.081
São Jorge Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	45.000	IPCA + 9,00%	a.a.	mai/17	jul/28	12.017	62.938	74.955
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	43.000	IPCA + 5,95%	a.a.	jul/20	jun/35	2.725	33.725	36.450
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A (a)	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	44.000	IPCA + 5,95%	a.a.	jul/20	jun/35	2.791	35.220	38.011
Serra do Mel Holding S.A	1ª	(1)/(3)/(5)/(6)/(7)	Única	142.000	IPCA + 5,95%	a.a.	mar/21	dez/35	7.993	112.971	120.964
									<b>1.280.781</b>	<b>8.842.685</b>	<b>10.123.466</b>

- (1) Emissão pública de debêntures simples;  
 (2) Emissão privada de debêntures simples;  
 (3) Não conversíveis em ações;  
 (4) Espécie quirografária;  
 (5) Debêntures incentivadas;  
 (6) Garantia adicional fidejussória; e  
 (7) Garantia adicional real.

Os Empréstimos e Financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, com o período de apuração trimestral:

### Equatorial Energia

<i>Covenants</i> Empréstimos	Nota comercial
1º Dívida Líquida/EBITDA : <=4,5	4,1

### Controladas indiretas

#### Equatorial Maranhão

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida Líquida/EBITDA : <=3,5	1,3
2º EBITDA/Resultado financeiro líquido : > 1,5	6,1

#### Equatorial Pará

<i>Covenants</i> Empréstimos	Citibank
1º Dívida Líquida/EBITDA : <=4,0	1,4

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida Líquida/EBITDA : <=4,5	1,5

#### Equatorial Piauí

<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander
1º Dívida Líquida/EBITDA : <=4,5	4,0

### CEEE-D

<i>Covenants</i> Empréstimos	Bank of America
Sumitomo	
1º Dívida Líquida/EBITDA : <= 4,5	4,1
	Nota promissória
	4,1
	Nota comercial
	4,1

**2.1 Condições financeiras e patrimoniais****CEA**

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank	
Sumitomo		
1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5	4,1	4,1

**Telecom**

<i>Covenants</i> Empréstimos	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA : <= 4,5	4,1

**E-Nova**

<i>Covenants</i> Empréstimos	Citibank
1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	4,1

A Companhia é garantidora nos seguintes empréstimos e financiamentos, nos quais a apuração dos covenants se dá de forma consolidada, a saber:

**Controladas diretas****Equatorial Piauí**

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank	Santander
1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	4,1	4,1

**Equatorial Alagoas**

<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander	NCE Santander
1º Dívida líquida/EBITDA : <=4,5	2,4	2,4

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia e suas controladas possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Para o ano de 2022, a apuração indica, cumprimento da Companhia como interveniente garantidora, e descumprimento da controlada Equatorial Piauí, o que não causou “*default*” da dívida. Além disso, em 28 de dezembro de 2022, devido à previsão do não atingimento do ICSD, a controlada indireta Serras Holding S.A. obteve autorização do BNDES para extinção temporária da entrega deste índice no exercício de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações estipuladas nos contratos.

As Debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração anual:

**Equatorial Energia**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Covenants debêntures	3ª debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	4,1	4,1

### Equatorial Pará

Covenants debêntures	2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA : <4,0	2,3
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2,0	7,7

Covenants debêntures	3ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA : <3,5	1,5
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5	9,6

Covenants debêntures	6ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,5

### Equatorial Maranhão

Covenants debêntures	7ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,25	1,3
2º EBITDA / Resultado financeiro líquido: >=1,5	6,1

Covenants debêntures	9ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4, 5	1,3

### Equatorial Piauí

Covenants debêntures	1ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	4,0

### Equatorial Alagoas

Covenants debêntures	1ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,4

### Equatorial Transmissão

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
1ª Dívid líquida/EBITDA: <=6,5	4,7	4,7

### SPEs

Covenants debêntures	SPE 01	SPE 02	SPE03	SPE 05	SPE 07	SPE 08
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,8	4,3	3,8	3,1	3,3	4,1

### INTESA

Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,4	2,4

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos covenants se dá de forma consolidada, a saber:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Covenants debêntures debêntures)	EQTL PI (2ª debêntures)	CEEE-D	(1ª
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	4,1	4,1	
	CEEE-D (2ª debêntures)	CEA	CSA
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	4,1	4,1	4,1

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e as controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos com exceção da controlada indireta Serras Holding S.A. Devido à previsão do não atingimento do ICSD, a controlada indireta obteve em 28 de dezembro de 2022, a autorização pelos Debenturistas da extinção temporária para entrega do índice no exercício.

- **Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

- **Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

- **Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas/sociedades controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de covenants, as quais se encontram descritas no item 2.1.f(i) acima.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 todos os covenants financeiros previstos nos contratos se encontravam atendidos.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, as abaixo destacadas, as quais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 se encontravam atendidas:

- obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de *overhaul*) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- h. restrições quanto ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, seja pelas subsidiárias da Companhia, seja pela própria Companhia a seus acionistas em caso de inadimplemento de obrigações financeiras. Nesse sentido, ressalta-se que alguns contratos possuem vedação de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, exceto para os casos de anuência prévia ou atingimento de *covenants* financeiros pré-estabelecidos;
  - i. restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
  - j. restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
  - k. limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas
- g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:**

Nossa Diretoria destaca abaixo os principais limites dos financiamentos já contratados pelas controladas da Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

### I. Equatorial Maranhão:

Para o contrato com BNDES nº 20.2.0474.1, celebrado em 30 de março de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, foram contratados R\$ 750 milhões no qual já foram 100% utilizados.

Em 18 de outubro de 2021 foi celebrado com o BNDES o contrato nº 21.2.0266.1 para financiamento complementar do plano de investimentos de 2021 a 2023, dos R\$ 373 milhões contratados, 50% já foram utilizados, e o limite para utilização é até 30 de junho de 2024.

Para os demais empréstimos contratados, as linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Equatorial Maranhão.

### II. Equatorial Pará:

Para o contrato com BNDES nº 20.2.0473.1, celebrado em 30 de março de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, foram contratados R\$ 1.361 milhões no qual já foram 100% utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, as linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Equatorial Pará.

### III. Equatorial Piauí:

Para o contrato com BNDES nº 20.2.0125.1, celebrado em 28 de janeiro de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, foram contratados R\$ 643 milhões no qual já foram 100% utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, as linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Equatorial Piauí.

### IV. Equatorial Alagoas:

Para o contrato com BNDES nº 20.2.0124.1, celebrado em 28 de janeiro de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, foram contratados R\$ 492 milhões no qual já foram 100% utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, as linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Equatorial Alagoas.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### V. CEEE-D.

Para o contrato com BNDES nº 22.9.0109.1, celebrado em 29 de dezembro de 2022 para financiamento do plano de investimentos de 2021 a 2023, os R\$ 200 milhões contratados ainda não foram utilizados, e o limite para utilização é até 30 de junho de 2024.

### VI. CSA.

Para a Cédula de Crédito Bancário com o BASA nº 032/ 21/0022-4 e 032/0023-2, celebrada em 29 de dezembro de 2021 para financiamento do plano de investimentos de 2022 a 2027, dos R\$ 596 milhões contratados, 2% já foram utilizados, e o limite para utilização é até 31 de dezembro de 2027.

### VII. Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE LTDA.

Para o contrato com BNDES nº 22.2.0411.1, celebrado em 28 de dezembro de 2022 para financiamento da implantação das UFVs que compõem o projeto solar Ribeiro Gonçalves, os R\$ 705 milhões contratados ainda não foram utilizados, e o limite para utilização é até 15 de outubro de 2024.

### e. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:<sup>1</sup>

**Comparação dos resultados consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhões R\$):**

	Consolidado				
	No exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2022	%AV	2021	%AV	%AH
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	25.700	95%	22.918	95%	12%
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	1.433	5%	1.323	5%	8%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>27.133</b>	<b>100%</b>	<b>24.241</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(10.922)	(40%)	(12.393)	(51%)	(12%)
Custo de construção	(5.153)	(19%)	(3.048)	(13%)	69%
Custo da operação	(2.491)	(9%)	(1.904)	(8%)	31%
<b>Custos de energia elétrica, construção e operação</b>	<b>(18.566)</b>	<b>(68%)</b>	<b>(17.345)</b>	<b>(72%)</b>	<b>7%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>8.567</b>	<b>32%</b>	<b>6.895</b>	<b>28%</b>	<b>24%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	(789)	(3%)	(597)	(2%)	32%
Despesas gerais e administrativas	(1.598)	(6%)	(1.200)	(5%)	33%
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(265)	(1%)	33	0%	(903%)
Resultado da equivalência patrimonial	-	0%	67	0%	(100%)
Outras despesas operacionais, líquidas	(638)	(2%)	(211)	(1%)	202%
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.290)</b>	<b>(12%)</b>	<b>(1.908)</b>	<b>(8%)</b>	<b>72%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>	5.277	20%	4.987	21%	6%
Receitas financeiras	3.499	13%	2.240	9%	56%
Despesas financeiras	(6.083)	(22%)	(3.058)	(13%)	99%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.584)</b>	<b>(9%)</b>	<b>(818)</b>	<b>(3%)</b>	<b>216%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	2.693	11%	4.169	17%	(35%)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(606)	(2%)	(356)	(1%)	70%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(165)	(1%)	489	2%	(134%)
<b>Impostos sobre o lucro</b>	<b>(771)</b>	<b>(3%)</b>	<b>133</b>	<b>1%</b>	<b>(679%)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.922</b>	<b>8%</b>	<b>4.303</b>	<b>17%</b>	<b>(55%)</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas da controladora	1.374	5%	3.695	15%	(60%)
Acionistas não controladores	548	2%	608	3%	(26%)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.922</b>	<b>7%</b>	<b>4.303</b>	<b>18%</b>	<b>(55%)</b>

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, R\$ 27.133 milhões e R\$ 24.241 milhões, respectivamente, representando um aumento de 12%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) O principal fator de aumento foi a consolidação de 12 meses do resultado das controladas CEEE-D e CEA (no ano anterior havia sido consolidado apenas 6 meses e 1 mês, respectivamente); (ii) A receita de distribuição aumentou R\$ 4.315 milhões, sendo a maior parte desse aumento é proveniente das controladas CEEE-D e CEA e também do acréscimo de R\$ 671 milhões na controlada Equatorial Pará, decorrente do reajuste tarifário; (iii) A receita de construção das controladas distribuidoras aumentou R\$ 2.349 milhões, sendo a maior parte desse aumento proveniente das controladas Equatorial Pará e Equatorial Maranhão (R\$ 695 milhões e R\$ 409 milhões, respectivamente), sendo decorrente do impacto que a Covid-19 gerou na realização de algumas obras orçadas para 2021, havendo postergação para 2022, assim conseguimos evoluir na execução das obras previstas em virtude da recuperação do mercado no quesito: prestadores de serviços (mobilizações de equipe) e aquisições de mercadorias (transformadores, materiais de AT, entre outros), além do impacto dos investimentos em obras ocasionados pela aproximação da Revisão Tarifária Periódica de 2023 da Equatorial Pará; e (iv) Receita de geração eólica de R\$ 872 milhões decorrente da aquisição da controlada Echoenergia, em fevereiro de 2022.

### Custos de energia elétrica, construção e operação

O custo de energia elétrica, construção e operação totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, R\$ 18.566 e R\$ 17.345 milhões, respectivamente, representando um aumento de 7%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) O custo de construção das controladas distribuidoras aumentou R\$ 2.349 milhões, sendo a maior parte desse aumento proveniente das controladas Equatorial Pará e Equatorial Maranhão (R\$ 695 milhões e R\$ 409 milhões, respectivamente), sendo decorrente do impacto que a Covid-19 gerou na realização de algumas obras orçadas para 2021, havendo postergação para 2022, assim conseguimos evoluir na execução das obras previstas em virtude da recuperação do mercado no quesito: prestadores de serviços (mobilizações de equipe) e aquisições de mercadorias (transformadores, materiais de AT, entre outros), além do impacto dos investimentos em obras ocasionados pela aproximação da Revisão Tarifária Periódica de 2023 da Equatorial Pará e a consolidação de 12 meses do custo de construção das controladas CEEE-D e CEA (no ano anterior havia sido consolidado apenas 6 meses e 1 mês, respectivamente); e (ii) O custo de depreciação de R\$ 210 milhões decorrente da aquisição controlada Echoenergia, detentora de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

98,78% do imobilizado do Grupo.

### Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa totalizaram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma despesa de R\$ 265 milhões e um crédito de R\$ 33 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 298 milhões. A variação ocorreu, principalmente, em decorrência de: (i) Não haver impactos relevantes de reversões como a reversão de títulos baixados de R\$ 1.071 milhões que ocorreu em 2021 (que afetou, principalmente nas controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas), ocasionado um efeito contrário no resultado de 2022; e (ii) que durante 2022 foi decidido atualizar o percentual que era aplicado no cálculo de perda esperada utilizado para faturas com mais de 10 anos em 100%.

### Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, R\$ 638 milhões e R\$ 211 milhões, respectivamente, representando um aumento de 202%. A variação ocorreu, principalmente por: (i) aumento 311% na linha de Perdas na alienação e desativação de bens e direitos, decorrente da realização de baixas (desativação de ativos) nas controladas distribuidoras, principalmente na controlada Equatorial Pará, no montante de R\$ 217 milhões. (ii) reconhecimento de R\$ 160 milhões referente à provisão para perda de estoque nas distribuidoras, principalmente, na controlada Equatorial Pará, em decorrência da avaliação de existência de materiais de estoque com baixa rotatividade (em sua maioria, itens obsoletos, morosos e/ou danificados), demonstrando o real potencial dos estoques na geração de caixa.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma despesa de R\$ 2.584 milhões e R\$ 818 milhões, respectivamente, representando um aumento de 216%. A variação ocorreu, principalmente, em decorrência de: (i) As contratações de operações de SWAP, que trocam dólar+spread por CDI+spread sofreram impacto em decorrência do efeito de variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar, em relação a 2021 (tendo impacto, principalmente, nas controladas Equatorial Pará e Equatorial Piauí); (ii) Registro de PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores na controlada Equatorial Maranhão no montante de R\$ 62 milhões, em decorrência da atualização da taxa Selic sobre o saldo remanescente capturado no reajuste tarifário e uma despesa complementar, no montante de R\$ 115 milhões decorrente do impacto da Lei nº 14.385, editada em 27 de junho de 2022, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS; (iii) efeito de AVP realizado nas contas a receber das Distribuidoras que tiveram um valor negativo de R\$207 milhões; e (iv) A consolidação de 12 meses do resultado das controladas CEEE-D e CEA (no ano anterior havia sido consolidado apenas 6 meses e 1 mês, respectivamente)

### Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, R\$ 2.693 milhões e R\$ 4.169 milhões, respectivamente, representando uma redução de 35%.

### Impostos sobre o lucro e contribuição social

Os impostos sobre o lucro e contribuição social totalizaram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, uma despesa de R\$ 771 milhões e um crédito de R\$ 133 milhões, respectivamente, representando uma variação de 680% no resultado. O motivo deve-se, principalmente, em decorrência de: (i) Registro relevante que houve de impostos diferidos nas controladas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas em 2021, motivada pela recuperabilidade de créditos fiscais provenientes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL acumulados provenientes de expectativa de lucros nos exercícios futuros; e (ii) Consolidação de 12 meses dos impostos correntes da controlada CEA (impacto de R\$ 111 milhões) e aquisição da controlada



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Echoenergia (impacto de R\$ 54 milhões nos impostos correntes).

### Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, R\$ 1.922 milhões e R\$ 4.303 milhões, respectivamente, representando uma diminuição de 55%.

### Comparação dos resultados consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhões R\$):

	Consolidado				
	No exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2021	%AV	2020	%AV	%AH
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	22.918	95%	16.799	94%	36%
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	1.323	5%	1.091	6%	21%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24.241</b>	<b>100%</b>	<b>17.890</b>	<b>100%</b>	<b>36%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(12.393)	-51%	(7.292)	-41%	70%
Custo de construção	(3.048)	-13%	(3.109)	-17%	-2%
Custo da operação	(1.904)	-8%	(1.502)	-8%	27%
<b>Custos de energia elétrica, construção e operação</b>	<b>(17.345)</b>	<b>-72%</b>	<b>(11.903)</b>	<b>-67%</b>	<b>46%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.895</b>	<b>28%</b>	<b>5.987</b>	<b>33%</b>	<b>15%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(597)</b>	<b>-2%</b>	<b>(94)</b>	<b>-1%</b>	<b>535%</b>
Despesas com vendas					
Despesas gerais e administrativas	(1.200)	-5%	(941)	-5%	28%
Perdas por redução ao valor recuperável	33	0%	(268)	-1%	-112%
Resultado da equivalência patrimonial	67	0%	34	0%	97%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(211)	-1%	65	0%	-425%
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(1.908)</b>	<b>-8%</b>	<b>(1.204)</b>	<b>-7%</b>	<b>58%</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.987</b>	<b>21%</b>	<b>4.782</b>	<b>27%</b>	<b>4%</b>
Receitas financeiras	2.240	9%	1.127	6%	99%
Despesas financeiras	(3.058)	-13%	(1.551)	-9%	97%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(818)</b>	<b>-3%</b>	<b>(424)</b>	<b>-2%</b>	<b>93%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>4.169</b>	<b>17%</b>	<b>4.358</b>	<b>24%</b>	<b>-4%</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(356)	-1%	(306)	-2%	16%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	489	2%	(605)	-3%	-181%
<b>Impostos sobre o lucro</b>	<b>133</b>	<b>1%</b>	<b>(911)</b>	<b>-5%</b>	<b>-115%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.303</b>	<b>17%</b>	<b>3.448</b>	<b>19%</b>	<b>17%</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas da controladora	3.695	15%	2.975	17%	24%
Acionistas não controladores	608	3%	473	3%	29%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.303</b>	<b>18%</b>	<b>3.448</b>	<b>19%</b>	<b>25%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 24.241 milhões e R\$ 17.890 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 6.351 milhões ou 36%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores: aumento da bandeira tarifária especial, reconhecimento na tarifa de recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid e maior efeito na linha de Valores a Receber de Parcela A e crescimento da parcela B correspondente a R\$ 3.143 milhões, comparado com 31 de dezembro de 2020, bem como pela consolidação da CEEE-D e CEA a partir de 1º de julho de 2021 e de 23 de novembro de 2021, respectivamente, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 2.825 milhões e R\$ 59 milhões.

### Custos de energia elétrica, construção e operação

O custo de energia elétrica, construção e operação totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 17.345 milhões e R\$ 11.903 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 5.442 milhões ou 46%. A variação reflete a consolidação, a partir de 1º de julho de 2021, da CEEE-D, contribuindo com R\$ 2.575 milhões e o aumento dos custos de compra de energia em R\$ 5.101 milhões, decorrente de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020, em virtude da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação hídrica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento térmico de usinas com preços de geração elevado.

### Despesa com vendas

As despesas com vendas totalizaram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 597 milhões e R\$ 94 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 503 milhões ou 535%. A variação reflete a consolidação da CEEE-D, a partir de 1º de julho de 2021, que contribuiu com R\$ 102 milhões ao resultado e os serviços de terceiros, que correspondem a serviços de manutenção, consultoria, auditoria, advogados e afins, com aumento de R\$ 338 milhões, devido a realocação destes serviços entre linhas na DRE, em razão da adequação do mapeamento das contas.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 1.200 milhões e R\$ 941 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 259 milhões ou 28%. A variação reflete, principalmente, o aumento dos gastos com pessoal em R\$ 84 milhões e o aumento de provisões para contingências em R\$ 68 milhões.

### Perdas por redução ao valor recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável totalizaram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 33 milhões e R\$ (268) milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$ 301 milhões ou -112%. A variação ocorreu, principalmente, em decorrência da atualização da estimativa contábil de provisionamento de títulos vencidos do contas a receber das controladas da Companhia, que gerou o reconhecimento, em 2021, de uma reversão de perdas de títulos baixados no valor R\$ 1.071 milhões e uma provisão de outros créditos de R\$ 6,4 milhões.

### Resultado da equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de R\$ 67 milhões e R\$ 34 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 33 milhões ou 97%. A variação reflete, substancialmente, o resultado de equivalência com a investida Geramar, cuja participação da Companhia é de 25%.

### Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram, nos exercícios findos em 31 de dezembro

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2021 e 2020, R\$ -211 milhões e R\$ 65 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$ 276 milhões ou 425%. A variação ocorreu, principalmente, na controlada Equatorial Piauí, referente à multa contratual aplicada por descumprimento das cláusulas do CCEAR e por despesas com processos de aquisições.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma despesa de R\$ 818 milhões e R\$ 424 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 394 milhões ou 93%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos encargos, variação monetária provenientes do crescimento do CDI e do IPCA.

### Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 4.169 milhões e R\$ 4.358 milhões, respectivamente, representando uma redução de R\$ 189 milhões ou 4%.

### Impostos sobre o lucro e contribuição social

Os impostos sobre o lucro e contribuição social totalizaram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, um crédito de R\$ 133 milhões e uma despesa de R\$ 911 milhões, respectivamente, representando uma variação de R\$ 1.044 milhões ou 115% no resultado. O motivo deve-se, principalmente, ao registro de R\$ 942 milhões de IRPJ e CSLL diferidos ativos das controladas diretas Equatorial Alagoas e Equatorial Piauí, que são provenientes da conclusão de estudos de recuperabilidade de seus créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL.

### Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período totalizou, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 4.303 milhões e R\$ 3.448 milhões, respectivamente, representando um aumento de R\$ 855 milhões ou 25%.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhões R\$):

	31/12/2022	%AV	31/12/2021	Consolidado	
				%AV	%AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.166	4%	2.997	5%	6%
Aplicações financeiras	4.714	5%	7.375	12%	(36%)
Contas a receber de clientes	7.689	9%	5.476	9%	40%
Aquisição de combustível - conta CCC	84	0%	63	0%	33%
Serviços pedidos	657	1%	606	1%	8%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	394	0%	699	1%	(44%)
Depósitos judiciais	6	0%	4	0%	50%
Instrumentos financeiros derivativos	89	0%	293	0%	(70%)
Almoxarifado	279	0%	204	0%	37%
Dividendos a receber	-	-	6	0%	(100%)
Impostos e contribuições a recuperar	1.427	2%	1.216	2%	17%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	613	1%	306	0%	100%
Outras contas a receber	1.133	1%	1.051	2%	1%
Ativos de contrato	1.438	2%	1.394	2%	3%
Total do Ativo Circulante	21.689	24%	21.690	35%	0%
Ativo Não Circulante					
Aplicações financeiras	538	1%	116	0%	364%
Contas a receber de clientes	1.049	1%	1.221	2%	(14%)
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	62	0%	698	1%	(91%)
Depósitos judiciais	654	1%	470	1%	39%
Serviços pedidos	54	0%	19	0%	184%
Instrumentos financeiros derivativos	590	1%	541	1%	9%
Impostos e contribuições a recuperar	3.491	4%	973	2%	259%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	116	0%	117	0%	(1%)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	85	0%	85	0%	0%
Benefício pós-emprego	33	0%	29	0%	14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.278	3%	940	2%	(4%)
Outras contas a receber	660	1%	213	0%	322%
Investimentos	27	0%	171	0%	(84%)
Ativo financeiro da concessão	10.035	11%	7.515	12%	34%
Imobilizado	4.984	6%	229	0%	2.076%
Intangível	29.245	32%	15.836	26%	92%
Direito de uso	155	0%	53	0%	192%
Ativos de contrato	14.872	17%	10.798	17%	38%
Total do Ativo Não Circulante	68.928	76%	40.024	65%	72%
Total do ativo	90.617	100%	61.714	100%	47%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2022	%AV	31/12/2021	%AV	%AH
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	4.398	5%	3.942	7%	14%
Fornecedores – Risco sacado (convênio)	332	0%	166	0%	39%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	237	0%	193	0%	23%
Empréstimos e financiamentos	9.403	10%	2.627	4%	258%
Debêntures	1.406	2%	961	2%	46%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	196	0%	-	0%	100%
Impostos e contribuições a recolher	1.229	1%	1.161	2%	6%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	343	0%	217	0%	58%
Dividendos a pagar	469	1%	771	1%	(33%)
Contribuição de iluminação Pública	155	0%	90	0%	72%
Encargos setoriais	566	1%	478	1%	18%
Participação nos lucros de empregados	149	0%	140	0%	6%
PIS e COFINS diferidos	57	0%	-	0%	100%
Instrumentos financeiros derivativos	42	0%	5	0%	740%
Valores a pagar da recuperação judicial	44	0%	35	0%	26%
Benefício pós-emprego	72	0%	80	0%	(10%)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.235	1%	720	1%	72%
Passivo de arrendamento	30	0%	26	0%	15%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas regulatórios e ambientais	601	2%	526	1%	14%
Outras contas a pagar	1.136	2%	852	1%	34%
Total do Passivo Circulante	22.100	25%	12.990	21%	70%
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Fornecedores	331	0%	179	0%	85%
Empréstimos e financiamentos	17.103	19%	12.175	20%	40%
Debêntures	13.271	15%	9.640	16%	38%
Plano de aposentadoria e pensão	1.113	1%	1.082	2%	3%
Impostos e contribuições a recolher	2.689	3%	2.518	4%	7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.494	3%	2.366	4%	5%
Impostos e contribuições a recolher diferidos	1.117	1%	1.085	2%	3%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas regulatórios e ambientais	5.338	6%	1.609	3%	232%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	691	1%	37	0%	1.768%
Valores a pagar da recuperação judicial	906	1%	895	1%	1%
Encargos setoriais	209	0%	88	0%	138%
Instrumentos financeiros derivativos	282	0%	47	0%	500%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.718	4%	2.058	3%	81%
Passivo de arrendamento	90	0%	32	0%	181%
Outras contas a pagar	599	1%	309	1%	94%
Total do passivo Não Circulante	49.951	55%	34.120	55%	46%
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	8.872	10%	4.655	8%	91%
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	0%	-	0%	100%
Ações em tesouraria	(643)	(1%)	(643)	(1%)	0%
Reservas de capital	188	0%	156	0%	21%
Reservas de lucros	8.246	9%	8.860	14%	(7%)
Ajuste de avaliação patrimonial	(56)	0%	(272)	0%	(79%)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	16.614	18%	12.756	21%	30%
Participação dos acionistas não controladores	1.953	2%	1.848	3%	3%
Total do patrimônio líquido	18.567	20%	14.604	24%	27%
Total do passivo	90.618	100%	61.714	100%	47%

### Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 21.690 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 21.689 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As principais movimentações ocorreram nos contas de aplicações financeiras e contas a receber de clientes, conforme detalhamento a seguir:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 7.375 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021 para R\$ 4.714 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 36%. A variação é decorrente, principalmente, do pagamento para as aquisições das controladas Echoenergia e Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 03 de março de 2022 e 29 de dezembro de 2022, respectivamente. Foram pagos os valores de R\$ 7.009 milhões para a aquisição da controlada ECHO e R\$ 1.513 milhões para a aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D).

### Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes passaram de R\$ 5.476 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 7.689 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 40%, decorrente, principalmente, da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 29 de dezembro de 2022, no montante R\$ 1.827 milhões.

### Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 40.024 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 68.928 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 72%. A razão do aumento decorre, principalmente, das variações das contas de aplicações financeiras, impostos e contribuições a recuperar, ativo financeiro da concessão, imobilizado, intangível e ativos de contrato, conforme detalhamento a seguir:

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 116 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021 para R\$ 538 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 364%. A variação é decorrente, principalmente, da aquisição da controlada Echoenergia que ocorreu em 03 de março de 2022, no montante de R\$ 440 milhões em fundos vinculados, que são exigidos pelos contratos e escrituras de financiamentos e debêntures.

### Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar passaram de R\$ 973 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.491 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 259%. A variação é decorrente, principalmente, da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 29 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.224 milhões de PIS/COFINS a recuperar líquido de compensação com impostos federais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito em julgado da Ação.

### Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro da concessão passou de R\$ 7.515 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 10.035 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 34%. A variação é decorrente, principalmente: (i) Das transferências realizadas do ativo de contrato para o ativo financeiro da controlada Equatorial Pará, com o montante R\$ 1.274 milhões; e (ii) Da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D), em 29 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 810 milhões.

### Imobilizado

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O imobilizado passou de R\$ 229 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 4.984 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 2.076%. A variação é decorrente, principalmente, da consolidação da controlada Echoenergia que ocorreu em 03 de março de 2022, o imobilizado da controlada representa 98,78% de todo o imobilizado consolidado do Grupo.

### Intangível

O ativo intangível passou de R\$ 15.836 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 29.245 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 85%. O aumento decorre, principalmente das aquisições das controladas Echoenergia, R\$ 5.491 milhões e Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D), R\$ 8.780 milhões, em 03 de março de 2022 e 29 de dezembro de 2022, respectivamente.

### Ativos de contrato

Os ativos de contrato passaram de R\$ 10.798 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 14.872 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento 38%. Tal aumento se deve, principalmente em decorrência : (i) das adições líquidas dos ativos de contrato do período da Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e CEEE-D com o valor de R\$ 900 milhões, R\$ 1.480 milhões e R\$ 717 milhões; e (ii) da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 29 de dezembro de 2022 com o valor de R\$ 2.208 milhões.

### Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 12.990 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 22.100 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 70%. A razão do aumento decorre, principalmente, das variações das contas empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme detalhamento a seguir:

#### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 2.627 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 9.403 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 258%. Tal variação decorre, principalmente, da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 29 de dezembro de 2022, do montante de R\$ 7.257 milhões, proveniente de empréstimo com a antiga controladora.

#### Debêntures

As debêntures passaram de R\$ 961 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.406 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 46%. A variação decorre, principalmente: (i) da rubrica dos encargos, da Controladora e das controladas Equatorial Pará e CEEE-D; e (ii) da alta do CDI de 4,42% em 2021 para 12,39% em 2022.

#### Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 34.120 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 49.951 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 46%. A razão do aumento decorre, principalmente, das variações das contas de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros, provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas e instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhamento a seguir:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Fornecedores

Os fornecedores passaram de R\$ 179 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 331 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 85%. A razão do aumento decorre, principalmente, da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 29 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 290 milhões, proveniente de parcelamento de dívida relacionada ao repasse de energia de Itaipu.

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 12.175 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 17.103 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 40%. Tal variação decorre, principalmente : (i) Dos ingressos das controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com os montantes de R\$ 546 milhões, R\$ 1.819 milhões, R\$ 660 milhões e 626 milhões, respectivamente; e (ii) Da aquisição da controlada Echoenergia, em 03 de março de 2022, com o montante de 2.735 milhões.

### Debêntures

As debêntures passaram de R\$ 9.640 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 13.271 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 38%. A variação é decorrente, principalmente de: (i) Dos ingressos de debêntures da Equatorial Energia e da controlada Equatorial Pará nos montantes de R\$ 2.000 milhões e R\$ 1.350 milhões, respectivamente; e (ii) Da aquisição da controlada Echoenergia, que ocorreu em 03 de março de 2022, com o montante de R\$ 1.132 milhões.

### Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros

Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros passaram de R\$ 37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 691 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 1.768%. A variação é decorrente, principalmente de: (i) A constituição passiva do componente Energia, que reflete o cenário de custos menores em relação à cobertura tarifária vigente, decorrente ao cenário favorável no setor elétrico em 2022, onde os reservatórios apresentaram nível satisfatório para o aumento da geração hidráulica e a redução do despacho das térmicas pelo ONS; e (ii) O ESS (Encargos de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) que foram impactados pela redução das despesas com o Encargo em relação a cobertura tarifária vigente, que com o cenário favorável de geração hidráulica houve redução do despacho das térmicas pelo ONS.

### Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas , regulatórios e ambientais

A provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais passaram de R\$ 1.609 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.338 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento 232%. Tal aumento se deve, principalmente ,da aquisição da controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) em 29 de dezembro de 2022, com o montante de R\$ 3.797 milhões.

### Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos passaram de R\$ 47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 282 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento 500%. A variação é decorrente, principalmente: (i) Da variação cambial na Equatorial Maranhão e CEA, o dólar teve um crescimento de 7,39%, gerando uma despesa maior na marcação a mercado da ponta ativa e em 2022, o dólar teve uma queda 6,5%, o que gerou uma receita na marcação a mercado da ponta ativa; e (ii) Dos ingressos de novas dívidas na Equatorial Pará e CEA no montante de R\$ 1.074 milhões (custo de ponta passiva de CDI + 1,35 a.a) e R\$ 250 milhões a um custo na ponta passiva de CDI +



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1,48% a.a, respectivamente.

### Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 14.604 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 18.567 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 27%. Tal variação ocorreu, principalmente, pela integralização de capital no montante de R\$ 4.217 milhões.

### Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhões r\$):

31/12/2021		Consolidado			
		%AV	31/12/2020	%AV	%AH
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2.997	5%	2.220	5%	35%
Aplicações financeiras	7.375	12%	5.397	12%	37%
Contas a receber de clientes	5.476	9%	3.589	8%	53%
Aquisição de combustível - conta CCC	63	0%	30	0%	110%
Serviços pedidos	606	1%	518	1%	17%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	699	1%	-	-	0%
Depósitos judiciais	4	0%	4	0%	0%
Instrumentos financeiros derivativos	293	0%	101	0%	190%
Almoxarifado	204	0%	47	0%	334%
Dividendos a receber	6	0%	7	0%	-14%
Impostos e contribuições a recuperar	1.216	2%	1.241	3%	-2%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	306	0%	195	0%	57%
Outros créditos a receber	1.051	2%	587	1%	79%
Ativo contrato	1.394	2%	709	2%	97%
Total do Ativo Circulante	21.690	35%	14.645	33%	48%
<b>Ativo Não Circulante</b>					
Aplicações financeiras	116	0%	120	0%	-3%
Contas a receber de clientes	1.221	2%	968	2%	26%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	698	1%	1.186	3%	-41%
Depósitos judiciais	470	1%	250	1%	88%
Serviços pedidos	19	0%	33	0%	-42%
Instrumentos financeiros derivativos	541	1%	295	1%	83%
Impostos e contribuições a recuperar	973	2%	984	2%	-1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	117	0%	89	0%	31%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	85	0%	85	0%	0%
Plano de aposentadoria e pensão	29	0%	23	0%	26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	940	2%	-	-	0%
Outros créditos a receber	213	0%	328	1%	-35%
Investimentos	171	0%	130	0%	32%
Ativo financeiro da concessão	7.515	12%	5.666	13%	33%
Imobilizado	229	0%	19	0%	1.105%
Intangível	15.836	26%	8.909	20%	78%
Direito de uso	53	0%	29	0%	83%
Ativos contratuais	10.798	17%	10.365	23%	4%
Total do Ativo Não Circulante	40.024	65%	29.479	67%	36%
Total do ativo	61.714	100%	44.124	100%	40%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Consolidado				
	31/12/2021	%AV	31/12/2020	%AV	%AH
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	4.108	7%	2.263	5%	82%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	193	0%	64	0%	202%
Empréstimos e financiamentos	2.627	4%	2.229	5%	18%
Debêntures	961	2%	883	2%	9%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	0	0%	754	2%	-100%
Impostos e contribuições a recolher	1.161	2%	596	1%	95%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	217	0%	169	0%	28%
Dividendos a pagar	771	1%	602	1%	28%
Contribuição de iluminação Pública	90	0%	84	0%	7%
Encargos setoriais	478	1%	286	1%	67%
Participação nos lucros de empregados	140	0%	127	0%	10%
Instrumentos financeiros derivativos	5	0%	-	-	0%
Valores a pagar da recuperação judicial	35	0%	30	0%	17%
Plano de aposentadoria e pensão	80	0%	-	-	0%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	720	1%	-	-	0%
Passivo de arrendamento	26	0%	11	0%	136%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas e regulatórios	526	1%	216	0%	144%
Outras contas a pagar	852	1%	395	1%	116%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>12.990</b>	<b>21%</b>	<b>8.710</b>	<b>20%</b>	<b>49%</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Fornecedores	179	0%	7	0%	2.457%
Empréstimos e financiamentos	12.175	20%	10.558	24%	15%
Debêntures	9.640	16%	4.117	9%	134%
Plano de aposentadoria e pensão	1.082	2%	151	0%	617%
Impostos e contribuições a recolher	2.518	4%	234	1%	976%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.366	4%	1.916	4%	23%
Impostos e contribuições a recolher diferidos	1.085	2%	985	2%	10%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.609	3%	991	2%	62%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	37	0%	170	0%	-78%
Valores a pagar da recuperação judicial	895	1%	931	2%	-4%
Encargos setoriais	88	0%	487	1%	-82%
Instrumentos financeiros derivativos	47	0%	-	-	0%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.058	3%	2.321	5%	-11%
Passivo de arrendamento	32	0%	18	0%	78%
Outras contas a pagar	309	1%	250	1%	24%
<b>Total do passivo Não Circulante</b>	<b>34.120</b>	<b>56%</b>	<b>23.136</b>	<b>52%</b>	<b>47%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	4.655	8%	3.490	8%	33%
Ações em tesouraria	(643)	-1%	(32)	0%	1909%
Reservas de capital	156	0%	118	0%	32%
Reservas de lucros	8.860	14%	7.139	16%	24%
Ajuste de avaliação patrimonial	(272)	0%	(253)	-1%	8%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>12.756</b>	<b>21%</b>	<b>10.462</b>	<b>24%</b>	<b>22%</b>
Participação dos acionistas não controladores	1.848	3%	1.816	4%	2%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>14.604</b>	<b>24%</b>	<b>12.278</b>	<b>28%</b>	<b>19%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>61.714</b>	<b>100%</b>	<b>44.124</b>	<b>100%</b>	<b>39%</b>

### Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 14.645 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 21.690 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 48%, em razão do aumento do caixa em R\$ 777 milhões, das aplicações financeiras no montante de R\$ 1.978 milhões e do contas a receber em R\$ 1.887 milhões, conforme detalhado a seguir.

### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa passaram de R\$ 2.220 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.997 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 777 milhões ou 35%. Tal aumento é devido principalmente, em razão da aplicação em cotas de fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R\$ 5.397 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 para R\$ 7.375 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2021, representando um aumento de R\$ 1.978 milhões ou 37%. Tal aumento é devido, principalmente, em razão da aplicação em cotas de fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes passaram de R\$ 3.589 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5.476 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 1.887 milhões ou 53%, decorrente, principalmente, pelo aumento da receita e consolidação dos saldos da CEEE-D.

### Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 29.479 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 40.024 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 10.546 milhões ou 36%. A razão do aumento decorre, principalmente, da variação das seguintes contas:

### Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro da concessão passou de R\$ 5.666 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 para R\$ 7.515 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 1.849 milhões ou 33% decorrente principalmente da atualização do IPCA, que passou de 5% em dezembro de 2020 para 10,06% em dezembro de 2021, nos investimentos realizados pelas controladas. Tais investimentos são focados em melhorias e expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia.

### Ativos contratuais

Os ativos de contratos passaram de R\$ 10.364 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 10.798 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 434 milhões ou 4%. Tal aumento se deve, principalmente às adições dos ativos de contrato devido à operação normal das distribuidoras.

### Intangível

O ativo intangível passou de R\$ 8.909 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 15.836 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 6.927 milhões ou 78%. Tal aumento indica equilíbrio nos saldos decorrente de investimentos realizados pelas Controladas no exercício para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões de distribuição e transmissão de energia elétrica.

### Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 8.710 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 12.990 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 4.281 milhões ou 49%. A razão do aumento decorre, principalmente, da variação das seguintes contas:

### Fornecedores

O saldo da conta fornecedores passou de R\$ 2.263 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.108 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 1.845 milhões ou 82%. Tal variação se deve ao aumento dos custos das operações com a CCEE, efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). Ademais, o aumento do PLD contribuiu para o acionamento das usinas termoeletricas, ocasionando aumento nas despesas com contratos de energia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 2.229 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.627 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 398 milhões ou 18%. Tal variação decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos das controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D, e a SPE 1, a SPE 2, a SPE 3, a SPE 4, a SPE 5, a SPE 6, a SPE 7 e a SPE 8.

### Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 23.136 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 34.120 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 10.984 milhões ou 47%. A razão do aumento decorre, principalmente, da variação das seguintes contas:

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R\$ 10.558 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 12.175 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 1.617 milhões ou 15%. Tal variação é devida, principalmente, pela captação de empréstimos e financiamentos das controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e a SPE 1, a SPE 2, a SPE 3, a SPE 4, a SPE 5, a SPE 6, a SPE 7 e a SPE 8.

### Debêntures

O passivo de Debêntures passou de R\$ 9.640 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.117 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, gerando um aumento de R\$ 5.523 milhões ou 134%, decorrente, principalmente, das captações de debêntures das controladas Equatorial Transmissão e CEEE-D.

### Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher passaram de R\$ 234 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.518 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 2.284 milhões ou 976%. Tal aumento é devido, principalmente, pelo saldo de impostos e contribuições da controlada CEEE-D.

### Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 12.278 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 14.604 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 2.326 milhões ou 19%. Tal variação ocorreu, principalmente: (i) pela integralização de capital no montante de R\$ 1.166 milhões, passando o saldo do capital social de R\$ 3.490 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.655 milhões em 31 de dezembro de 2021; e (ii) pela recompra de ações em tesouraria no valor de R\$ 611 milhões, o qual passou de R\$ 32 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 643 milhões em 31 de dezembro de 2021.

### Comparação das principais contas de fluxo de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado		
	Nos exercícios findos em 31 de dezembro de		
Em milhões de R\$, exceto %	2022	2021	Variação
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.307	1.304	154%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(8.579)	(4.741)	81%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	5.441	4.213	29%

### Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

A Companhia apresentou um fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 3.307 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado a R\$ 1.304 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2021.

As variações ocorreram principalmente nas rubricas: Valores a receber/pagar da parcela A e outros itens financeiros, ganhos(perdas) com instrumentos financeiros, contas a receber de clientes, encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, encargos setoriais e fornecedores.

### Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

A Companhia apresentou um fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$ 8.579 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 4.741 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As variações ocorreram, principalmente, pelos motivos apresentado na rubrica: caixa líquido adquirido onde temos o valor pago das aquisições de R\$ 7.009 milhões da Echoenergia e R\$ 1.513 milhões Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D).

### Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento

A Companhia apresentou um caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$ 5.441 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 4.213 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As variações ocorreram, principalmente, em decorrência dos aumentos de capital de R\$ 2.782 milhões em 28 de fevereiro de 2022 via follow on e R\$ 1.435 via reservas de lucros.

### Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado		
	Nos exercícios findos em 31 de dezembro de		
Em milhões de R\$, exceto %	2021	2020	Variação
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.304	3.481	-63%
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(4.741)	(2.438)	94%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	4.213	(608)	-793%

### Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

A Companhia apresentou um fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 1.304 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2021, comparado a R\$ 3.481 milhões ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

As variações ocorreram principalmente nas rubricas: atualização do ativo de contrato e financeiro, valores a receber/pagar da parcela A e outros itens financeiros, imposto de renda e contribuições sociais diferidos, contas a receber de clientes e encargos setoriais.

## **2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

### **Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento**

A Companhia apresentou um fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$ 4.741 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 2.438 milhões ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As variações ocorreram, principalmente, pelos motivos apresentados nas rubricas: ativos contratuais e aplicações financeiras.

### **Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento**

A Companhia apresentou um caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$ 4.213 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ - 608 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As variações ocorreram, principalmente, pela captação de empréstimos e financiamentos, captação de debêntures e amortização de debêntures.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 Resultados Operacional e Financeiro

#### a) resultados das operações da Companhia:

##### f. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores das áreas de concessão de suas 6 distribuidoras de energia (Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e CEA), assim como as receitas auferidas no segmento de Transmissão, por meio da SPE 1, da SPE 2, da SPE 3, da SPE 4, da SPE 5, da SPE 6, da SPE 7 e da SPE 8 e da Intesa.

#### • Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

##### Perdas de Energia

As distribuidoras Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, CEEE-D e CEA sujeitam-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda. Estas perdas foram representadas em torno de 86,7 GWh para a controlada Equatorial Maranhão; para controlada CEEE-D, representaram em torno de 40 GWh; para a controlada CEA, houve um decréscimo das perdas totais em torno de 43,7 GWh, e redução em torno de 135 GWh para a controlada Equatorial Pará; 144 GWh para a controlada Equatorial Piauí e 57,9 GWh para a controlada Equatorial Alagoas.

##### Incentivos Fiscais

#### (i) Isenção de 75% do Imposto de Renda – SUDENE

##### Equatorial Maranhão

Em 08 de agosto de 2018 a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 0101/2018, que outorga à Equatorial Maranhão o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

##### Equatorial Alagoas

Em 08 de novembro de 2019, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 0066/2019, que outorga à Equatorial Alagoas o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

##### Equatorial Piauí

Em 13 de dezembro de 2018, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 244/2018, que outorga à Equatorial Piauí o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2027.

##### Equatorial Telecomunicações

Em 08 de novembro de 2018 a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 0173/2018, que outorga a Equatorial Telecomunicações S.A. ("Equatorial Telecomunicações") o direito à redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de Serviço de Comunicação de Multimídia ("SCM"), com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 26 de dezembro de 2019 a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 0243/2019, que outorga a Equatorial Telecomunicações o direito a redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de Serviços de Telefônicos Fixo Comutado ("STFC"), com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028.

### **SPE 1 e SPE 2**

Em 21 de outubro de 2020, a SUDENE emitiu (i) o Laudo Constitutivo nº 80/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., e (ii) o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda e pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

### **SPE 03**

Em 19 de outubro de 2021, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

### **SPE 04**

Em 18 de agosto de 2021, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 104/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

### **SPE 05**

Em 18 de agosto de 2021, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 105/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

### **SPE 06**

Em 22 de dezembro de 2021, a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. o direito à redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

### **Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes**

### **INTESA**

Em 31 de dezembro de 2018, a SUDAM emitiu o Laudo Constitutivo nº 201/2018, que outorga à Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA) o direito à redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de modernização total de suas instalações elétricas, com o prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027.

### **Benefício para reinvestimento**

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificada pelas Leis nº 8.167/1991 e 9.532/1997, bem como pela Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas de setores prioritários para economia (conforme Decreto nº 4.213/2002), que estejam em operação na área de atuação da SUDAM/SUDENE, reinvestir 30% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios desses 30%, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamentos, ou para investimento em capital de giro no ano-calendário ou ano-calendário subsequente. Os valores são depositados



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

junto ao Banco da Amazônia (BASA) ou Banco do Nordeste (BNB).

Empresa	Autarquia	Instituição Financeira
Equatorial Maranhão	SUDENE	Banco do Nordeste
Equatorial Pará	SUDAM	Banco da Amazônia
Equatorial Piauí	SUDENE	Banco do Nordeste

### (ii) Suspensão do PIS e da COFINS

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., controlada da Companhia obteve habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 16, de 11 de maio de 2022.

### (iii) Crédito presumido de ICMS

#### Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da administração pública estadual, incluídas suas autarquias e fundações.

### (iv) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação <sup>2</sup>

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação, quais sejam:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e um percentual regulatório de receitas irre recuperáveis. O Contrato de Concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP- M ou IPCA) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).

- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 ou 5 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em duas etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

### i. Equatorial Maranhão:

A receita operacional líquida da Equatorial Maranhão apresentou as seguintes variações:

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 4.843 milhões, representando uma diminuição de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.390 milhões, representando um aumento de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 4.107 milhões, representando um aumento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior;

### ii. Equatorial Pará:

A receita operacional líquida da Equatorial Pará apresentou as seguintes variações:

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 8.513 milhões, representando um aumento de 5% em relação ao mesmo

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

período do ano anterior;

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 8.120 milhões, representando um aumento de 38% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 5.875 milhões, representando um aumento de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior;

### iii. **Equatorial Piauí**

A receita operacional líquida da Equatorial Piauí apresentou as seguintes variações:

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.944 milhões, representando uma redução de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.094 milhões, representando um aumento de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.583 milhões, representando um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano anterior;

### iv. **Equatorial Alagoas**

A receita operacional líquida da Equatorial Alagoas apresentou as seguintes variações:

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.556 milhões, representando uma redução de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.756 milhões, representando um aumento de 30% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.123 milhões, representando um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior;

### v. **CEEE-D**

A receita operacional líquida da CEEE-D, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, atingiu R\$ 4.468 milhões.

### vi. **Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA**

A receita operacional líquida da CEA, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, atingiu R\$ 8.5 milhões.

### vii. **INTESA**

A receita operacional líquida da INTESA apresentou as seguintes variações:

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 147 milhões, representando uma diminuição de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

atingiu R\$ 162 milhões, representando um aumento de 58% em relação ao mesmo período do ano anterior;

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 297 milhões, representando um aumento de 34% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### viii. Equatorial Transmissão

A receita operacional líquida da Equatorial Transmissão apresentou as seguintes variações:

- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.238 milhões, representando um aumento de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- 
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.635 milhões, representando uma redução de 39% em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.671 milhões, representando uma redução de 43% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, TJLP, CDI e IPCA:

- IGP-M: A Companhia possui 1,0% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- CDI: Todas as aplicações financeiras do grupo Equatorial são atreladas ao CDI. A Companhia possui 53,0% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 40,8% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- SELIC: A Companhia possui 0,3% de seu endividamento atrelado à SELIC.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

#### a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Na opinião dos Diretores da Companhia, não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia relativos às alterações nas práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

#### b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

##### 2022

A auditoria destacou para o descrito na nota explicativa nº 35 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que a Companhia mantém registrado na rubrica de outros créditos a receber "Créditos especiais – Funac" no montante de R\$ 711.166 mil líquidos de provisão para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais da controlada Equatorial Goiás (antiga CELG D), relativos aos fatos geradores ocorridos até a venda do controle acionário da atual controlada para a Eletrobrás que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual 17.555/2012 e regulamentação definida pelo Decreto Estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento destes valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

##### 2021

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

##### 2020

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

#### (i) introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 houve introdução do segmento operacional geração eólica, em decorrência da aquisição da controlada Echoenergia, em 03 de março de 2022. Adicionalmente, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

#### (ii) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

##### **Echoenergia Participações S.A.**

Em 03 de março de 2022 foi celebrado o contrato de compra e venda e outras avenças, que a Equatorial Transmissão S.A. adquiriu 100% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento de R\$ 7.009 milhões, ao Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

##### **Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D)**

Em 23 de setembro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (compradora) - controlada da Companhia - e Enel Brasil S.A. (vendedora), nos termos do qual as partes acordaram a aquisição, pela compradora de 282.965.232 ações ordinárias, representando 99,964% das ações representativas do capital social da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D).

Em 08 de novembro de 2022, transitou em julgado a operação de compra e venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em 06 de dezembro de 2022, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.498/2022, anuiu a transferência de controle da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) à Equatorial Participações, com prazo de implantação da operação de até 120 dias a partir da data do Despacho.

Em 29 de dezembro de 2022, ocorreu a conclusão da operação de compra e venda. A controlada da Companhia, a Equatorial Participações adquiriu 99,964% do capital social total e votante da controlada, em contrapartida ao pagamento de R\$ 1.513 milhões e assumiu oficialmente o controle da Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D).

##### **Venda da participação acionária na Geradora de Energia do Maranhão S.A.**

A Equatorial Energia celebrou a venda de 100% de sua participação acionária na Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("GERA Maranhão") pelo valor de R\$ 85 Milhões, o valor foi corrigido pelo CDI desde a data de assinatura do contrato. Em 12 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação e, em 13 de abril de 2022, o comprador obteve anuência para a condição suspensiva relativa à anuência prévia dos Financiadores (BASA e BNB), além da anuência da SUDAM, obtida em 8 de abril de 2022. Em 11 de maio de 2022, foi assinado o Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda no valor de R\$ 88 milhões, após correção por CDI.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

##### **Follow on - Precificação de oferta das ações**

Em 10 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Preço por Ação de R\$ 23,50 ("Preço por Ação"), para o efetivo aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 2.782 milhões, mediante a emissão de 118.395.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), bem como a sua homologação, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição primária de Ações, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Como efeitos relevantes decorrentes do *follow-on*, houve aumento de capital da controlada Equatorial Transmissão S.A. e, com isto, a conclusão da aquisição de 100% da Echoenergia S.A. pela Equatorial Transmissão S.A.

### **Aumento de capital e distribuição de dividendos adicionais**

Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 1.435 milhões, mediante a integralização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 55 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou excesso de reserva de lucros, tendo a integralização de parte da reserva de lucros como medida para a Companhia estar enquadrada dentro dos limites do art. 199 da Lei 6.404/76 que versa sobre limite do saldo de reserva de lucros.

### **Liberação de recursos – debêntures**

Em 25 de fevereiro de 2022, ocorreu a liberação dos recursos da 5ª série do Instrumento Particular da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 (cinco) séries para distribuição pública, no valor de R\$ 2.000 milhões, cujo recurso foi integralmente destinado para aquisição, ou reembolso de recursos dispendidos na aquisição, pela Emissora, de 100% (cem por cento) da participação societária da Echoenergia Participações S.A., com o custo de CDI + 1,40% a.a. e vencimento final em 24 de fevereiro de 2025.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5 – Medições não contábeis

As informações a seguir são referentes às demonstrações financeiras consolidadas da Equatorial Energia S.A.

#### (i) EBITDA e EBITDA Ajustado

O valor do EBITDA da Companhia para o período de 2022 foi de R\$ 7.002 milhões. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de R\$ 5.875 milhões e R\$ 5.610 milhões, respectivamente.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM nº 527"), conciliada com nossas demonstrações financeiras, e representa o lucro líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA considerando a rubrica de Outras Receitas e Despesas, composto principalmente por perda/ganho na desativação de bens e direito, provisão (reversão) para perda de estoque e deduzido de reversão de impairment, e ajustado por efeitos não-recorrentes, principalmente efeitos impacto no caixa, contidos nos grupos de receita ou despesas da Companhia. A Companhia entende que ajustar estes itens permite uma melhor compreensão do resultado ao excluir efeitos contábeis, que não afetam a geração de caixa da Companhia, e podem impactar de maneira relevante o resultado. Por este motivo, tais ajustes também estão presentes no cálculo das cláusulas restritivas (*covenants*) da maioria dos contratos financeiros da Companhia.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. Adicionalmente, estas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela administração da Companhia para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e EBITDA Ajustado da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(Em R\$ milhões)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	7.002	5.875	5.610
EBITDA ajustado	7.482	5.481	4.764

#### (ii) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado:

A Dívida Bruta é uma medida não contábil, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, e é calculada somando os: (i) empréstimos e financiamentos



## 2.5 Medições não contábeis

(circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante); e (ii) valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida é uma medida não contábil, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, e é composta pelo saldo da Dívida Bruta, deduzindo-se os seguintes itens: (i) o somatório das disponibilidades da Companhia (caixas e equivalentes de caixa); e (ii) aplicações financeiras (incluindo caução em garantia vinculado aos empréstimos) e, adicionalmente, deduzindo também o (iii) saldo líquido (soma do ativo circulante e não circulante subtraído do passivo circulante e não circulante) dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger nossa exposição à possível flutuação nas taxas de câmbio de moedas estrangeira utilizadas por nós e por nossas subsidiárias no endividamento em moeda estrangeira da Companhia; (iv) saldo líquido (soma do ativo circulante subtraído do passivo circulante) de valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, o qual é considerado como um recurso financeiro na avaliação de liquidez e endividamento; e (v) depósitos judiciais vinculados a empréstimos (como garantia de dívidas financeiras). A Companhia deduz estes demais itens por representarem recebíveis regulatórios, ou passivos relacionados às obrigações contidas no saldo da Dívida Bruta, a exemplo do saldo líquido de derivativos e dos depósitos judiciais vinculados a empréstimos.

Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Bruta e Dívida Líquida de maneiras diferentes da Companhia. A administração da Companhia entende que as medições da Dívida Bruta e Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Adicionalmente, a Dívida Líquida é um indicador financeiro utilizado pela Companhia para cálculo de *covenants* financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia e de suas controladas.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(Em R\$ milhões)	2022	2021	2020
Dívida bruta	42.133	26.332	18.749
Dívida líquida	33.912	13.726	10.382

Por fim, como forma de mensurar a performance da Companhia em relação aos seus passivos financeiros, a Companhia utiliza a métrica de Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado, a qual representa uma medição não contábil e pode ser obtida pela razão entre as métricas de Dívida Líquida e EBITDA Ajustado obtida nas reconciliações das tabelas anteriores. Os *covenants* da Equatorial consideram o EBITDA 12 meses das aquisições. Considerando o cálculo da apuração dos *covenants*, a relação de dívida líquida / EBITDA 12 meses foi de 4,1x.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado nos últimos três exercícios sociais:

(Em R\$ milhões)	2022	2021	2020
Dívida líquida	32.757	13.726	10.382
EBITDA ajustado	7.482	5.481	4.764
<b>Dívida líquida/EBITDA ajustado</b>	<b>4,5x</b>	<b>2,5x</b>	<b>2,1x</b>
EBITDA covenant	8.020	5.889	5.333
<b>Dívida líquida/EBITDA 12 meses</b>	<b>4,1x</b>	<b>2,3x</b>	<b>1,9x</b>

## 2.5 Medições não contábeis

### b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e revisadas

Tendo em vista que a Companhia se trata de uma holding, as informações apresentadas abaixo referem-se, de forma consolidada, à Companhia e suas controladas:

#### **I EBITDA e EBITDA Ajustado:**

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado para os períodos abaixo indicados:

Conciliação do EBITDA (em R\$ milhões)	2022	2021	2020
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>1.922</b>	<b>4.303</b>	<b>3.448</b>
Impostos sobre o lucro	771	-133	911
Resultado financeiro	2.584	818	424
Depreciação e amortização*	1.725	955	827
Outras receitas e despesas (a)	0	68	34
<b>EBITDA</b>	<b>7.002</b>	<b>5.875</b>	<b>5.576</b>
Efeitos não recorrentes (b)	564	-394	-812
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>7.567</b>	<b>5.481</b>	<b>4.764</b>

\* Inclui Amortização do Direito de Concessão

(a) – (i) eventuais ajustes de redução ao valor recuperável de ativos da Companhia (*impairment*); (ii) valor da baixa contábil de ativos não totalmente depreciados e substituídos em decorrência de novos investimentos/ manutenção na rede; e (iii) ajustes de valor contábil dos ativos registrados em almoxarifado (ex: materiais para manutenção).

(b) – considera ajustes de efeitos não-recorrentes, principalmente sem efeito caixa, que impactem os grupos de receita ou despesas operacionais da Companhia, entre eles: (i) efeito contábil do programa de incentivo de longo prazo (stock options); (ii) reversões extraordinárias de PECLD por reavaliação da expectativa de recebimento; (iii) receitas de Parcela A nas empresas de distribuição, sem CVA correspondente; e (iv) efeitos contábeis decorrentes de processos tarifários, como atualização do VNR – Valor Novo de Reposição.

#### **II Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado:**

A tabela a seguir demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta para os períodos abaixo indicados:

(Em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	9.403	2.627	2.229
Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	17.103	12.175	10.558
Debêntures (passivo circulante)	1.406	961	883
Debêntures (passivo não circulante)	13.271	9.640	4.117
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (passivo circulante)	44	35	30
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (passivo não circulante)	906	895	931
<b>Dívida Bruta no Passivo Circulante<sup>(1)</sup></b>	<b>10.853</b>	<b>3.622</b>	<b>3.143</b>
<b>Dívida Bruta no Passivo não Circulante<sup>(2)</sup></b>	<b>31.280</b>	<b>22.710</b>	<b>15.606</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>42.133</b>	<b>26.332</b>	<b>18.749</b>

## 2.5 Medições não contábeis

- (1) A medida Dívida Bruta no Passivo Circulante compreende o somatório das seguintes rubricas: Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante), Debêntures (Passivo Circulante) e Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (Passivo Circulante).
- (2) A medida Dívida Bruta no Passivo não Circulante compreende o somatório das seguintes rubricas: Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante); Debêntures (Passivo não Circulante) e Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial (Passivo não Circulante)

A tabela a seguir demonstra a abertura dos saldos de Dívida Bruta, segregados entre moeda estrangeira e moeda nacional, para os períodos abaixo indicados:

	31 de dezembro					
	2022	%	2021	%	2020	%
Moeda estrangeira	3.750	8,90	3.405	12,90	1.846	9,80
Moeda nacional	38.383	91,10	22.928	87,10	16.903	90,20
<b>Dívida bruta</b>	<b>42.133</b>	<b>100,00</b>	<b>26.332</b>	<b>100,00</b>	<b>18.749</b>	<b>100,00</b>

A tabela a seguir demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Líquida para os períodos abaixo indicados e os saldos são apresentados líquidos entre ativo e passivo quando aplicável:

(Em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>Dívida Bruta</b>	<b>42.133</b>	<b>26.332</b>	<b>18.749</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.166)	(2.997)	(2.220)
Aplicações financeiras	(5.253)	(7.375)	(5.397)
Valores de Parcela A e outros itens financeiros	430	(1.360)	(262)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Circulante)	(47)	(288)	(101)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Não Circulante)	(307)	(494)	(295)
Depósitos Judiciais vinculados a Empréstimos	(8)	(8)	(7)
Sub-rogação CCC	(85)	(85)	(85)
Baixa renda a receber	(185)	-	-
Ativos financeiros de sobras físicas	(169)	-	-
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>32.757</b>	<b>13.726</b>	<b>10.382</b>
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (em número de vezes)	4,5x	2,5x	2,1x
EBITDA Covenants	8.020	5.889	5.333
<b>Dívida Líquida/EBITDA 12 meses</b>	<b>4,1x</b>	<b>2,3x</b>	<b>1,9x</b>

**c) motivo da escolha de tal indicador como mais apropriado para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

**(i) EBITDA e EBITDA Ajustado:**

A Companhia utiliza o EBITDA e EBITDA Ajustado como medidas de *performance* para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. O EBITDA e o EBITDA Ajustado divulgados pela Companhia não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis ao EBITDA e EBITDA Ajustado divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado de EBITDA instituído pela Resolução CVM nº 156.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é uma medição gerencial de desempenho.

**(ii) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado:**

## 2.5 Medições não contábeis

Entendemos que os cálculos da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado são os mais úteis para entendimento da capacidade da Companhia de fazer frente às suas obrigações quando comparados com o EBITDA. Vale destacar que a Dívida Líquida não deve ser analisada isoladamente ou em substituição à Dívida da Companhia.

A Companhia entende que é importante demonstrar neste Formulário de Referência a abertura da Dívida Bruta e da Dívida Líquida para que os investidores possam avaliar a métrica utilizada no cálculo de *covenants* financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia e de suas controladas. Assim, a Companhia entende que a medição da razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia em relação ao seu fluxo de caixa operacional.

Para mais informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, bem como os índices financeiros (*covenants* financeiros) a que a Companhia está sujeita, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6 - Eventos subsequentes as DFs

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 29 de março de 2023.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº 105/22:

#### Companhia e suas controladas

##### **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos reflexos desta decisão e não identificaram processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas entendem que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuarão monitorando a evolução do assunto.

##### **Equatorial Energia Aumento de capital social**

Em 17 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a aprovação do aumento de capital no montante de R\$ 7 milhões, mediante a emissão de 380.870 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações.

##### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 4 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

##### **Liberação de recurso da 6ª emissão de debêntures**

Em 20 de março de 2023, a Equatorial Energia S.A. integralizou a 6ª emissão de debêntures em série única, no montante de R\$ 1.579 milhões, cujo recurso é destinado para a gestão ordinária da Companhia, com o custo de CDI + 1% a.a., e vencimento final em 08 de julho de 2023.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **Transferência da totalidade de ações da Equatorial Piauí**

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Companhia, para a Equatorial Distribuição S.A.

### **Acordo de Investimento celebrado com o Itaú Unibanco S.A.**

Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A. ("Acordo de Investimento") no montante de aproximadamente R\$ 2.103 milhões. O aporte foi consumado em 21 de março de 2023, e em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi celebrado em 21 de março de 2023, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado ("Operação").

Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 (quinhentas e cinquenta e nove milhões, trezentas e oito mil e quinhentas e onze) ações preferenciais classe B de emissão da Equatorial Distribuição, as quais, em conjunto com as 397.661.749 (trezentas e noventa e sete milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, setecentas e quarenta e nove) ações preferenciais classe A de emissão da Equatorial Distribuição já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Companhia, por sua vez, passou a ser a titular de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Equatorial Distribuição adicional, passando a ser titular de um total de 3.637.513.056 (três bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, quinhentos e treze mil, cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 79,17% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição S.A. passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação correspondente a 94,94% do capital social total da Equatorial Piauí, passando a Companhia a ser controladora indireta da Equatorial Piauí e a Equatorial Distribuição assumiu, em substituição à Companhia, a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures.

Destaca-se que, em função da Operação, o acordo de acionistas da Equatorial Distribuição, celebrado em 11 de novembro de 2019, o qual regula os direitos e obrigações da Companhia e do Itaú na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foi aditado em 23 de março de 2023. Dentre outras condições e avenças próprias de documentos dessa natureza, o acordo de acionistas estabelece a outorga pelo Itaú à Companhia de opção de compra da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição. Adicionalmente, o Acordo de Investimento estabelece algumas condições relacionadas ao percentual de distribuição de dividendos das ações preferenciais, sendo que em cada exercício social, a deliberação do pagamento é realizada pela controlada Equatorial Distribuição em assembleia, até que o valor total pago seja equivalente ao seguinte percentual do lucro líquido auferido pela controlada Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios: (i) 15% para as distribuições relativos ao exercício social de 2023; (ii) 17,50% para as distribuições relativos ao exercício social de 2024; (iii) 22,50% para as distribuições relativos ao exercício social de 2025; (iv) 30% para as distribuições relativos ao exercício social de 2026 e ao primeiro semestre do exercício

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

social de 2027; (v) 35% para as distribuições relativos ao segundo semestre do exercício social de 2027, ao exercício social de 2028 e ao primeiro semestre do exercício social de 2029; (vi) 40% para as distribuições relativos ao segundo semestre do exercício social de 2029; e (vii) 50% para as distribuições relativos ao exercício social de 2030 em diante.

### **Cessão de dívida e resgate antecipado**

Em 21 de março de 2023, a Equatorial Energia S.A., emissora da 6ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 1.579 milhões, e da 1ª Nota Comercial no valor de R\$ 500 milhões, realizou a cessão da dívida de ambos os passivos para a Equatorial Energia Distribuição S.A., cuja dívidas foram renomeadas para 2ª Emissão de Debêntures e 1ª Nota Comercial da Equatorial Energia Distribuição S.A. respectivamente. Em 28 de março de 2023, as duas emissões foram objeto de resgates antecipados facultativo total.

### **Equatorial Maranhão**

#### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 344 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

### **Equatorial Pará**

#### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 50 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

### **Equatorial Alagoas**

#### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 49 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

### **Equatorial Piauí**

#### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 5 mil, decorrentes do resultado do exercício.

#### **Aumento de capital social**

Em 29 de março de 2023, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 96 milhões, sem a emissão de novas ações.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### Equatorial Transmissão

#### Aumento de capital

Em 12 de janeiro de 2023, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 11 milhões, sem a emissão de novas ações.

#### SPE 01

##### Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 18 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

#### SPE 02

##### Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 5 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

#### SPE 03

##### Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 2 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

#### SPE 04

##### Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 9 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

#### SPE 05

##### Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 58 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

#### SPE 06

##### Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 6 milhões, decorrentes do resultado do exercício.



## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### SPE 07

#### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 24 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

### SPE 08

#### **Distribuição de dividendos adicionais**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 20 milhões, decorrentes do resultado do exercício.

### Intesa

#### **Aumento de capital**

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de aumento do capital social da controlada indireta da Companhia no montante de R\$ 121 milhões, mediante a integralização da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 117 milhões e da Reserva Legal no valor de R\$ 4 milhões, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5 do Estatuto Social da controlada indireta da Companhia.

### Echoenergia

#### **Aumento de capital**

Em 03 de janeiro de 2023, houve aumento de capital na controlada indireta Echoenergia Participações S.A. no montante de R\$ 226 milhões, com entrada de recursos e caixa e equivalentes de caixa destinados a crescimento e investimento em novos negócios, sem alteração da composição acionária.

### Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D)

#### **Liberação de recurso junto a Equatorial Energia**

Em 04 de janeiro de 2023 a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) assinou o contrato de empréstimo (Contrato de Mútuo), junto à Equatorial Energia, no valor de até R\$ 1.500 milhões, com vigência de até 2 (dois) anos contados da data de sua assinatura. Em 06 de janeiro de 2023, foi liberado o montante de R\$ 25 milhões, cujo recurso é destinado a capital de giro, com o custo de CDI + 1,50% a.a. e vencimento final em 20 de fevereiro de 2023.

#### **Liberação de recurso junto ao Banco Santander**

Em 06 de janeiro de 2023, a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) contratou empréstimo em moeda estrangeira via lei nº 4.131, no montante de US\$ 23 milhões, equivalente a R\$ 125 milhões, com proteção a exposição cambial para a taxa de CDI + 1,40% a.a., com o vencimento em 07 de março de 2023.

#### **Liberação de recurso junto ao Banco Citibank**

Em 09 de janeiro de 2023, a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) contratou empréstimo em moeda estrangeira via lei nº 4.131, no montante de US\$ 21 milhões, equivalente a R\$ 110 milhões, com proteção a exposição cambial para a taxa de CDI + 1,40% a.a., com o vencimento em 09 de março de 2023.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **Liberação de recurso da 2ª Emissão de Debêntures**

Em 26 de janeiro de 2023, a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) integralizou a 2ª Emissão de Debêntures em série única, no montante de R\$ 7.000 milhões, cujo recurso é destinado para refinanciamento de passivos financeiros e gestão ordinária da Emissora, com o custo de CDI + 1,50% a.a., e vencimento final em 20 de janeiro de 2026.

### **Liquidações antecipadas**

Em 09 de janeiro de 2023, a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) liquidou antecipadamente o contrato, ECF-232/2008 com a Eletrobras, no montante de R\$ 4 milhões;

Em 26 de janeiro de 2023, a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) liquidou antecipadamente parte do saldo da dívida reestruturada na aquisição, com o custo de CDI + 1,40% a.a., originada das operações de empréstimo de mútuo com a Enel Brasil S.A. e Enel Finance International N.V., no montante de R\$ 5.058 milhões. Em 13 de março de 2023, realizou a liquidação antecipada adicional de R\$ 511 milhões. Em 27 de março de 2023, liquidou antecipadamente o adicional de R\$ 1.022 milhões.

Em 15 de fevereiro de 2023, a controlada indireta Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A (antiga CELG D) liquidou antecipadamente o contrato, CCB nº 50004444400 com a Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), no montante de R\$ 13 milhões.

### **Concessionária de Saneamento do Amapá**

#### **Ato Declaratório DRF nº 15/2023 habilitando a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)**

Em 15 de março de 2023, através da publicação no DOU do Ato Declaratório Executivo DFR/MNS nº 15, a Receita Federal do Brasil em exercício na Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN) da SRRF/2ªRF, habilitou a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA) a operar com REIDI, regime especial instituído pela Lei nº 11.488/2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007. O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data publicação da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

### **Companhia de Eletricidade do Amapá**

#### **Contratação junto ao Citibank**

Em 06 de fevereiro de 2023, a controlada indireta da Companhia assinou dois contratos de empréstimo via Lei nº 4.131, junto Citibank, no valor de R\$ 179 milhões e outro no valor de R\$ 121 milhões, totalizando o volume captado de R\$ 300 milhões. Os dois contratos possuem vigência de 3 (três) anos com o custo de CDI + 1,38% a.a..

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 - Destinação de resultados

#### a. Regras sobre retenção dos lucros

O estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") prevê que o lucro líquido do exercício terá sucessivamente a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% (trinta por cento) do capital social;
- (iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;
- (iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade:
  - a. assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica;
  - b. reforçar o capital de giro da Companhia; e
  - c. ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia; e
- (v) o montante anual a ser atribuído à Reserva para Investimento e Expansão será no máximo 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, sendo certo que o valor da referida reserva obedecerá ao limite a que se refere o Parágrafo Quarto do presente artigo

#### a.i. Valores das retenções dos lucros

##### Do lucro líquido do exercício social findo em 2022:

- reserva legal: R\$ 69 milhões (5% do lucro líquido)
- reserva de investimento e expansão: R\$ 6.830 milhões
- reserva de lucros a realizar: R\$ 1.343 milhões (5% do lucro líquido ajustado);

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 326 milhões (25% do lucro líquido ajustado).

##### Do lucro líquido do exercício social findo em 2021:

- reserva legal: R\$ 185 milhões (5% do lucro líquido)
- reserva de investimento e expansão: R\$ 2.632 milhões
- reserva de lucros a realizar: R\$ 229 milhões (5% do lucro líquido ajustado);

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 649 milhões (25% do lucro)

## 2.7 Destinação de resultados

líquido ajustado).

Do lucro líquido do exercício social findo em 2020:

- reserva legal: R\$ 149 milhões (5% do lucro líquido)
- reserva de investimento e expansão: R\$ 2.119 milhões
- reserva de lucros a realizar: R\$ 159 milhões (5% do lucro líquido ajustado);

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 707 milhões (20% do lucro líquido ajustado).

### **a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados**

Do lucro líquido do exercício social findo em 2022:

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2022, no total de R\$1.044 milhões correspondem a 76% do lucro total declarado, de R\$ 1.374 milhões.

Do lucro líquido do exercício social findo em 2021:

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2021, no total de R\$2.817 milhões correspondem a 76% do lucro total declarado, de R\$ 3.695 milhões.

Do lucro líquido do exercício social findo em 2020:

As parcelas de lucro retidas no exercício de 2020, no total de R\$308 milhões correspondem a 10% do lucro total declarado, de R\$ 2.975 milhões.

### **b) Regras sobre distribuição de dividendos**

Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

#### **No exercício social findo em 2022:**

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 326 milhões (25% do lucro líquido ajustado).

#### **No exercício social findo em 2021:**

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 649 milhões (25% do lucro líquido ajustado).

#### **No exercício social findo em 2020:**

Foi distribuído aos acionistas da Companhia, sob a forma de dividendos mínimos o valor total de R\$ 548 milhões (25% do lucro líquido ajustado) e R\$ 1 milhão referente a dividendos adicionais do exercício social findo em 2020.

### **c) Periodicidade das distribuições de dividendos**

Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo a Companhia, por deliberação do conselho de administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no

## 2.7 Destinação de resultados

artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia, por deliberação do conselho de administração, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e juros sobre capital próprio, líquidos de tributos, serão sempre computados como antecipação do dividendo mínimo e obrigatório.

- O dividendo relativo ao exercício social de 2022 será pago até o fim do exercício de 2023.
- O dividendo relativo ao exercício social de 2021 foi pago em 22 de março de 2022.
- O dividendo relativo ao exercício social de 2020 foi pago em 24 de março de 2021.

### **d) Restrições à distribuição de dividendos**

A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro dos cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. A Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

**e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, datada aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia não possui Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

#### a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

- **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos:**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

- **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

- **contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

- **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

#### b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9- Comentários sobre itens não evidenciados

- **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora**

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

- **Natureza e o propósito da operação**

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

- **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação**

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 - Plano de negócios

#### a. Investimentos

##### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia nos últimos anos têm sido destinados aos ativos de distribuição de energia, com foco na expansão, manutenção e fortalecimento da rede, além de investimentos relacionados a sistemas de tecnologia da informação, com efeitos, inclusive, nas áreas de arrecadação e combate a perdas. Desde 2017, a Companhia tem investido no segmento de transmissão de energia, por meio da implementação das linhas de transmissão adquiridas em leilão, sendo as últimas linhas adquiridas concluídas no ano de 2021. Ao todo, foram investidos mais de R\$ 5,1 bilhões no segmento de transmissão de energia desde o início.

Em 2023, a Companhia seguirá focando seus investimentos no segmento de distribuição de energia, com a adição dos investimentos necessários nas melhorias da Equatorial Goiás (CELG-D), além do avanço nos processos de turnaround e integração da CEEE-D e CEA, empresas adquiridas em 2021, e nas ações necessárias para manutenção dos ativos no segmento de transmissão de energia, além do setor de Geração Renovável, por meio da sua controlada indireta a Echoenergia S.A.

Adicionalmente, a Companhia seguirá investindo no segmento de saneamento, no estado do Amapá, por meio da sua concessionária CSA, observando os compromissos de universalização assumidos nos termos do contrato de concessão.

##### ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia e suas Controladas visando sempre a obter as menores taxas e maiores prazos a suas demandas de investimento fixo e/ou capital de giro, recorre aos principais provedores de *funding*, ou seja, Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES, Bancos de Desenvolvimento Regionais (BNB e BASA), Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE), Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

Nesse contexto, as principais fontes financiamento do Grupo, para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, em ordem de participação no saldo total são: (i) Mercado de Capitais (principalmente debentures); (ii) BNDES; (iii) Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131); Bancos de Desenvolvimento Regionais (BNB e BASA); Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE).

Pelos quatro principais segmentos de atuação do Grupo, em ordem de participação no saldo total, temos a seguinte visão: (i) Distribuição de energia - Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES e Bancos Comerciais (principalmente linhas 4131); (ii) Transmissão de energia - Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES, BNB e FDA; (iii) Geração Renovável – BNB, Mercado de Capitais (principalmente debentures), BNDES e FDNE; (iv) Saneamento - Mercado de Capitais (principalmente debentures) e BASA.

Por fim, os investimentos diretos dos Programa Luz Para Todos e Mais Luz para Amazônia são financiados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

##### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.



## 2.10 Planos de negócios

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Emissora**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**c. Novos produtos e serviços**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

**ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A companhia deu passos importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da aprovação da Política de Sustentabilidade. Ainda em 2022 a companhia desinvestiu definitivamente do segmento de geração térmica a óleo combustível, buscou institucionalizar alguns procedimentos e práticas, por meio da aprovação de políticas corporativas, dentre elas de meio ambiente, gestão de recursos hídricos e gestão de resíduos e Política de Diversidade, bem como elaborou seu primeiro inventário de gases de efeito estufa, documento que ensejou as primeiras discussões sobre o plano de posicionamento climático do Grupo (ainda em fase de aprovação), além de ter realizado o primeiro Censo de Diversidade e o primeiro report do Carbon Disclosure Project.

Também em linha com sua estratégia ESG, o Grupo realizou um diagnóstico para entender e endereçar possíveis gaps para a sua elegibilidade em índices de ações ligados a sustentabilidade, diagnóstico esse que trouxe possibilidades de desenvolvimento de planos de ação nos temas relativos a capital humano, capital social, modelo de negócios e inovação, governança e meio ambiente. A companhia inclui aspectos de ASG dentro do seu Planejamento Estratégico e tem como metas avançar nas avaliações de sustentabilidade e ESG, assim como estar elegível a participação de Índices de Ações de Sustentabilidade, sendo um fato de extrema relevância a ser considerado são compromissos em relação às emissões de carbono.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### 2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

#### Impactos da COVID-19

A Companhia e suas controladas não identificaram efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia e suas controladas adotaram medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia e suas controladas continuam monitorando os eventuais efeitos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

#### Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/bbl e US\$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021.

As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pelas controladas Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos foram e estão sendo monitorados pela Companhia e suas controladas e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos ("Política"), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos relacionados à Companhia e às suas controladas ("Grupo Equatorial") e aos seus respectivos setores de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência ou compartilhamento de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de abril de 2022 e está disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia ([ri.equatorialenergia.com.br](http://ri.equatorialenergia.com.br)) e da CVM ([gov.br/cvm](http://gov.br/cvm)).

Quanto aos riscos de mercado, a Companhia não possui uma política formalizada específica para seu gerenciamento, mas adota, no que couber, as diretrizes, regras e procedimentos constantes da Política. O gerenciamento de riscos da Companhia tem por objeto o monitoramento, a avaliação e a mitigação dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos de mercado indicados no item 4.3 deste Formulário de Referência, adotando medidas e procedimentos para se proteger de tais riscos, em linha com os objetivos definidos, níveis de tolerância fixados e a execução da estratégia planejada pela administração.

**b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política, em linhas gerais, tem por objetivo estabelecer diretrizes para assegurar as melhores práticas de gestão de riscos corporativos, relacionadas à identificação, avaliação, monitoramento e reporte dos riscos, que possam afetar os objetivos estratégicos do Grupo Equatorial.

Nesse sentido, os principais objetivos da Política são:

- Atuar em sintonia com as melhores práticas de mercado quanto à gestão de riscos;
- Proteção contra perda de valor;
- Identificação e tratamento de riscos que possam ameaçar a execução dos objetivos estratégicos do Grupo Equatorial;
- Garantir o reconhecimento e reputação do Grupo Equatorial, melhorando a confiança das partes interessadas;
- Redução da possibilidade de ocorrência de fraudes e erros em processos operacionais;
- Identificação de oportunidades de melhorias, objetivando a redução de atividades manuais, morosidades e gargalos em processos;
- Maior alinhamento e sinergia entre gerências e processos dentro da empresa; e
- Garantir o alinhamento das diretrizes da administração com os processos operacionais.

**(i) riscos para os quais se busca proteção**

Em linha com sua Política, e com base na matriz de riscos corporativa, a Companhia define as ações de mitigação adequadas para um grupo de riscos. Para tanto, a Companhia subdivide os riscos para os quais busca proteção em categorias, conforme descrito a seguir:

- **Estratégicos:** Possíveis impactos decorrente de práticas frágeis governança, decisões não baseadas em um planejamento estratégico, investimentos indevidos e falta de capacidade de resposta às mudanças no ambiente, ou de publicidade negativa sobre práticas e/ou negócios da organização.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Financeiros:** Possíveis impactos derivados de operações financeiras incoerentes com boas práticas de mercado, ou em desacordo com os valores da Companhia.
- **Compliance (ou conformidade):** Possíveis impactos originários do descumprimento de leis/regulamentos, ou processos movidos por clientes ou contrapartes, ou denúncias.
- **Cibernéticos e de Tecnologia:** Possíveis impactos decorrentes do desalinhamento estratégico da tecnologia da informação com os objetivos do negócio, ataques cibernéticos e comprometimento da segurança das informações, indisponibilidade de sistemas e perda de integridade; e
- **Operacionais:** Possíveis impactos decorrentes de problemas operacionais, como falhas nos controles internos.

Quanto aos riscos de mercado, dentre os quais se encontram os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, riscos de *commodities* e de derivativos, a Companhia busca proteção conforme análise qualitativa e quantitativa descrita no item 4.3 deste Formulário de Referência. Estes riscos são constantemente monitorados, avaliando-se mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia previsto na Política de Gerenciamento de Risco contempla as seguintes etapas:

- **Identificação de Risco e Fatores de Risco** – Os riscos identificados devem ser mapeados para detectar os fatores de riscos e permitir um melhor entendimento das principais causas, que potencialmente levam à sua materialização, assim como, principais agravantes e atenuantes relacionados, que servem de insumo para avaliação de riscos, devendo essa atividade ser coordenada e consolidada pela Área de Gestão de Riscos e Controles Internos (“GRC”) junto às unidades e áreas de negócio, responsáveis primários pelos riscos.

- **Análise Geral de Riscos (AGR)** – A AGR reflete, de maneira estruturada, as percepções da administração, bem como os executivos (áreas e unidades de negócio) em relação aos principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas/processos de negócio e características da Companhia. A Área de GRC auxiliará as Áreas e unidades de negócio da Companhia na identificação dos riscos, sendo necessário ter em vista os possíveis cenários de perda para o Grupo Equatorial, ligando a estes suas respectivas causas e consequências relacionadas à materialização do risco.

- **Avaliação de Riscos** – A avaliação de riscos tem como objetivo atribuir um nível de exposição aos riscos com base em vetores e critérios definidos. Os vetores principais utilizados pelo Grupo Equatorial são:

- Impacto: refere-se à extensão que um evento de risco pode afetar à Companhia. A classificação de impacto do Grupo Equatorial considera um vetor principal financeiro e vetores auxiliares qualitativos.

- Vulnerabilidade: refere-se à quão preparada estão as defesas da organização frente aos eventos de riscos. A classificação da vulnerabilidade no Grupo Equatorial considera três vetores auxiliares: controles internos, planos de ação e/ou resposta e eventos externos, logo será obtido o valor residual do risco.

- **Exposição ao Risco e Priorização** – Com base resultado obtido na avaliação dos vetores de impacto e vulnerabilidade, os riscos devem ser classificados, conforme o grau, como:

- (a) Extremo: Representa extrema ameaça em potencial, é um evento intolerável, essa atividade não deve ser iniciada ou prossegui-la até que o risco seja reduzido. Em caso de não ser possível a redução do risco, mesmo utilizando recursos elevados, a atividade deve ser proibida.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(b) Alto: Representa grande ameaça em potencial, portanto, a atividade não deve ser iniciada até que o risco seja reduzido. Esforços e recursos devem ser alocados para mitigá-lo. Para atividade em andamento, ação urgente deve ser tomada.

(c) Médio: Possui menor o nível de criticidade quanto ao impacto nos negócios do Grupo. Esforços devem ser empreendidos para reduzir o risco, mas o custo de prevenção deve ser avaliado e limitado. As medidas de redução de riscos devem ser implementadas em período de tempo definido.

(d) Baixo: Não requer controles adicionais aos que já existem. É necessário monitoramento e informação existentes. Há necessidade de instrução e monitoramento pelos responsáveis das atividades.

• **Resposta aos Riscos** – Após a identificação, análise e classificação dos riscos, conforme etapas anteriores, é definido pela Companhia as estratégias para a tomada de decisão, desenvolvendo uma série de medidas para mitigar as ameaças aos objetivos do Grupo Equatorial, a fim de alinhar os riscos com o respectivo apetite ao risco, desenvolvendo planos de respostas formais definidos pelo gestor da área de negócio afeta ao risco, com apoio da Área de GRC. As possibilidades de resposta ao risco são:

○ Aceitar: a Administração concorda em enfrentar o risco, se e quando ele se materializar. Um plano de solução, ou contingência pode ser desenvolvido para essa eventualidade. Estratégia utilizada quando não é possível ou prático responder ao risco, ou uma resposta não se justifica pela importância do risco.

○ Compartilhar: transferência ou compartilhamento de uma porção do risco, visando a redução da probabilidade ou do impacto (ex.: no risco de incêndio, onde o custo do sinistro poderia ser transferido para seguradoras);

○ Evitar: está relacionada a uma ação que elimina totalmente a fonte de um risco específico (ex.: venda de determinada operação);

○ Reduzir: são adotadas medidas para reduzir o nível de exposição de um evento de risco adverso para um limite aceitável pelo Grupo Equatorial Energia;

• **Monitorar os Riscos** – O monitoramento dos riscos é um processo contínuo do sistema de gestão de riscos, que consiste em definir, acompanhar e atualizar periodicamente os indicadores de riscos, que estão diretamente relacionados aos fatores de risco, assim como o acompanhamento e atualização do *status* de implementação dos planos de resposta e/ou de ação em conjunto com as partes interessadas no gerenciamento de riscos. Periodicamente, os resultados dos indicadores devem ser reportados para a Diretoria primária, conforme frequência estabelecida para cada risco, ao Comitê de Auditoria Estatutário, de acordo com os respectivos calendários de reuniões e regimentos.

Quanto aos riscos de mercado, como estratégia de mitigação dos riscos de perdas por variação cambial, todo instrumento de dívida indexado em moeda estrangeira deve ser protegido por operação de hedge cambial, o que ocorre por intermédio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, sendo que na ponta passiva está a moeda nacional indexada a CDI, e na ponta ativa, a moeda estrangeira e custo do contrato. Tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa. Dessa forma, a Companhia utiliza-se de instrumentos de proteção/mitigação à oscilações das taxas de juros e variação cambial, como instrumentos derivativos de *swaps*.

Os parâmetros utilizados para gerenciamento dos riscos de mercado são contemplados em cenários desenvolvidos no âmbito do planejamento estratégico da Companhia. São utilizados *inputs* macroeconômicos para modelagem desses valores nos modelos econômico-financeiros e operacionais, com o objetivo de conhecer os impactos futuros sobre os resultados e, assim, adotar medidas preventivas para enfrentamento de cenários adversos.

Adicionalmente, a Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo de se proteger de eventual volatilidade de taxas de juros, câmbio e inflação. Dessa forma, a Companhia pode realizar operações visando a alteração de determinado indexador de suas obrigações (IPCA e CDI, por exemplo) ou moeda estrangeira (dólar), nos seus contratos de financiamentos e/ou

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

emissões de dívidas.

### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, e é realizada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM – Enterprise Risk Management. As linhas de defesa representam um conceito que define os papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos e fortalecimento da governança, bem como a interação desses papéis em todos os níveis da Companhia, conforme indicado abaixo:

- 1ª linha: as áreas e unidades de negócio da Companhia são responsáveis pela gestão contínua dos riscos e exploração de oportunidades, propagando uma cultura de desenvolvimento dos processos, sistemas e controles internos, para atingimento das metas e objetivos estratégicos do Grupo Equatorial.
- 2ª linha: tem o intuito de fornecer conhecimento complementar, de apoio a implantação e manutenção dos planos de resposta associados aos riscos e controles internos, assim como o desenvolvimento da melhoria contínua das práticas do gerenciamento de riscos.
- 3ª linha: a área de Auditoria Interna, atua no assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles, baseado nos conceitos de gerenciamento de riscos do negócio.

Sob esses aspectos, a estrutura de governança de gestão de riscos estabelecida pela Companhia na Política de Gestão de Riscos contempla as responsabilidades atribuídas às instâncias organizacionais, conforme descrito abaixo.

#### Conselho de Administração

- Definir as estratégias para alcance dos objetivos de negócio;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões quando necessário;
- Avaliar e aprovar a matriz de riscos corporativos, estabelecendo os limites aceitáveis ao apetite a riscos do Grupo Equatorial; e
- Aprovar os planos de resposta aos riscos com grau de exposição extrema ou riscos priorizados pela alta administração.

#### Comitê de Auditoria Estatutário Estatutário ("CAE")

- Garantir que o Grupo Equatorial mantenha uma cultura voltada à gestão de riscos, incentivando o cumprimento da Política e dos normativos dela decorrentes;
- Analisar a Política, sua metodologia e os documentos-chave a serem utilizados no processo de gestão de riscos do Grupo e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;
- Analisar o apetite a riscos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- Reportar periodicamente o nível de exposição dos riscos prioritários ao Conselho de Administração;
- Avaliar a efetividade do processo de gestão de riscos e sugerir melhorias, quando necessário; e
- Aprovar o Plano Anual de Riscos.

Além dessas responsabilidades, caberá ao CAE, nos termos de seu Regimento Interno, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com a remuneração da administração, a utilização de ativos da Companhia e as despesas incorridas em nome da Companhia.

#### Área de Gestão de Riscos e Controles Internos (GRC)

- Definir a estrutura e a metodologia, e executar a estratégia de Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Equatorial;
- Avaliar e monitorar as exposições a riscos, acompanhando a implantação das ações de mitigação das áreas de negócio e reportando o cenário periodicamente à administração e ao

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Comitê de Auditoria Estatutário;

- Assessorar a Alta Administração na proposição do apetite a risco, bem como auxiliar as áreas de negócio na identificação de riscos, avaliação de impacto e direcionamento das respostas aos riscos (aceitar, compartilhar, evitar e reduzir);
- Apoiar o Comitê de Auditoria Estatutário na avaliação contínua da estrutura da gestão e riscos corporativos, mantendo a base atualizada com os registros de perdas que se materializarem na Companhia;
- Desenvolver em conjunto com as áreas de negócio os indicadores para monitoramento dos riscos, bem como proposta dos limites de tolerância;
- Apoiar as áreas de negócio no desenho e na melhoria de controles internos para tratamento das não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria Interna e mapeamento de riscos.

Presidentes, Diretores e Superintendentes do Grupo Equatorial

- Fomentar a cultura da gestão de riscos junto as áreas de negócio;
- Incorporar a Gestão de Riscos, no planejamento e gestão de processos críticos;
- Acompanhar os indicadores de risco (KRI's), que ultrapassem os limites de tolerância ou necessitem de ações mitigadoras.

Gestores das Área de Negócios (Donos dos Riscos – Risk Owners)

- Efetuar o monitoramento dos riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão, a partir da identificação das causas e consequências associadas à materialização;
- Assumir e garantir que os riscos estejam dentro dos limites de tolerância definidos pelo Conselho de Administração;
- Reporte periódico ao Comitê de Auditoria Estatutário ou Área de GRC dos eventos relevantes, que afetem o grau de exposição do Grupo Equatorial a riscos, incluindo os resultados dos indicadores de riscos prioritários;
- Garantir a operacionalização da gestão de riscos, sendo parte integrante do processo de identificação, avaliação e mensuração, bem como, a implementação de ações e planos de resposta, relativos aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a Área de GRC e Comitê de Auditoria Estatutário.

Auditoria Interna

- Avaliar a adequação e eficácia dos controles internos das unidades que compõem o Grupo Equatorial;
- Apresentar recomendações para minimizar riscos através do aprimoramento das estruturas de controle existentes.
- Apontar ao Comitê de Auditoria Estatutário a ocorrência de não conformidades, oportunidades de melhorias nos processos e nos controles, falhas, desvios, irregularidades e/ou ilegalidades observadas.

### **c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Com base nas informações disponibilizadas neste item 5.1, a Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos, descrita no item (b.iii) acima, desenhada em linha com o propósito de permitir a avaliação constante de sua efetividade, contempla mecanismos e procedimentos adequados e equilibrados para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 - Descrição dos controles internos

#### **(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atua com três níveis principais de controles internos, sendo o primeiro estruturado por meio de suas práticas e procedimentos, acompanhadas por controles internos e gerenciais de cada uma das áreas organizacionais. O segundo, representado pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, atua por meio da estrutura de controles financeiros, reporte à administração e acompanhamento contínuo dos resultados, que ocorre por meio de reuniões mensais de resultados com a Diretoria. Por sua vez, o terceiro nível corresponde ao papel da auditoria interna, que realiza regularmente trabalhos preventivos e corretivos, com reporte bimestral ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração da Companhia.

#### Sistemas de Informação:

A maior parte dos sistemas de gerenciamento e controle são produtos adquiridos de fornecedores com considerável referência no mercado de tecnologia, sendo customizados para atender ao setor de distribuição de energia elétrica e às necessidades das empresas do Grupo Equatorial. Todos os sistemas estão integrados e possuem elevado grau de automação.

Os sistemas da Companhia são divididos em quatro segmentos: **(a)** Sistemas Comerciais; **(b)** Sistemas Técnicos; **(c)** Sistemas Financeiros; e **(d)** Sistemas de Apoio.

#### **(a)** os Sistemas Comerciais estão descritos abaixo:

- SAP CCS: Sistema responsável pelos processos de leitura, faturamento, arrecadação e combate às perdas;
- SAP CRM: Sistema responsável pelo processo de atendimento ao cliente;
- SAP MOM: Sistema responsável pelo controle de ordens de serviço de campo;
- SAP PROLOGA: Sistema responsável pelo processo de leitura e faturamento em campo;
- SAP BO/BW: Sistema responsável pela geração de informações estratégicas da área comercial; e
- CAS HEMERA: Sistema responsável pelo processo de faturamento de clientes de alta tensão.

#### **(b)** Os Sistemas Técnicos estão descritos abaixo:

- G2M+ MAPA: Sistema para georreferenciamento da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER: Sistema para operação da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER MOBILE: Sistema para controle das ordens de serviços de campo da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ MAN: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ PROJ: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- ELIPSE: Sistema SCADA para automação da rede de energia elétrica; e
- WAY2: Sistema para controle da medição de energia elétrica.

#### **(c)** os Sistemas Financeiros estão descritos abaixo:

- SAP FI: Sistema administrativo-financeiro módulo Financeiro;
- SAP CO: Sistema administrativo-financeiro módulo Contábil;
- SAP MM: Sistema administrativo-financeiro módulo Materiais;
- SAP SD: Sistema administrativo-financeiro módulo Vendas de Serviços;
- SAP PM: Sistema administrativo-financeiro módulo Manutenção;
- SAP PS: Sistema administrativo-financeiro módulo Projetos;
- SAP TRM: Sistema administrativo-financeiro módulo de Tesouraria;
- SAP AA: Sistema administrativo-financeiro módulo de Ativos;
- SAP IM: Sistema administrativo-financeiro módulo Investimentos;
- SAP WF: Sistema administrativo-financeiro módulo Workflow de Aprovação;
- SAP GRC NFe: Sistema administrativo-financeiro módulo para Emissão de notas fiscais;
- SAP BO/BW: Sistema administrativo-financeiro módulo de geração de informações



## 5.2 Descrição dos controles internos

estratégicas;

- MASTERSAF: Sistema para gestão e controle dos processos fiscais; e
- WMS: Sistema para gestão e controle do estoque de materiais.

(d) os Sistemas de Apoio estão descritos abaixo:

- SÊNIOR VETORH: Sistema responsável pelo processamento da folha de pagamento;
- ASM: Sistema responsável pelo registro, controle e acompanhamentos dos incidentes e requisições relacionados ao ambiente de tecnologia; e
- CP-PRO: Sistema responsável pelo controle e gestão dos processos jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Central de Serviços de TI que gerencia e controla todo o processo de concessão de acesso aos sistemas relacionados acima. Este processo é fundamentado nas principais normas de melhores práticas de mercado como ITIL, COBIT, ISO 20.000 e ISO 27.000 e tem as seguintes premissas:

(i) Todo acesso só é concedido mediante autorização prévia de um gestor imediato;

(ii) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas de acordo com a função desempenhada pelos usuários. Desta forma, são criados grupos de acesso chamados de perfis; e

(iii) Existem usuários-chave nas áreas de negócio que detêm grande conhecimento dos sistemas. Estes são os responsáveis em avaliar a inclusão/modificação dos usuários nos perfis de cada sistema.

As unidades de negócio do Grupo Equatorial são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação aplicável. A administração do Grupo Equatorial é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### (b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com as seguintes estruturas organizacionais para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Gerência de Auditoria Interna: independente e dedicada a avaliar exposição a riscos, testar controles, transações e procedimentos. Esta área é diretamente subordinada à Presidência da Companhia;
- Comitê de Auditoria Estatutário: que funciona supervisionando os resultados e operações.

A Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de Estratégia e Regulação reportam-se ao Comitê de Auditoria Estatutário, que por sua vez assessora e informa o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora sobre possíveis deficiências e falhas do processo.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita neste item é parte das práticas e medidas adotadas pela Companhia, bem como por suas controladas, para fins de controle dos riscos aos quais está exposta.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Risco, criado em maio de 2014 e reformulado em maio de 2021, avalia ações e toma determinadas decisões que influenciam o cotidiano da Companhia. Em 26 de dezembro de 2022, esse Comitê tornou-se estatutário por meio de aprovação levada a efeito na Assembleia Geral Extraordinária realizada. As atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão descritas no item 5.1(b)(iii) acima.

### (c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes

## 5.2 Descrição dos controles internos

profissionais:

- Executivo de Riscos e Controles Internos;
- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Diretor Presidente;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria Estatutário tem as suas atribuições descritas no item 5.1(b)(iii) acima.

**(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;**

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos processos relacionados à estrutura de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o objetivo de expressar sua opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, e não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nesse sentido, os auditores independentes da Companhia apontaram através do relatório de Recomendações à Administração da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

O Relatório de Recomendações do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não apontou deficiências significativas nos relativos à elaboração das suas demonstrações contábeis.

**(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

Conforme citado acima, não foram identificadas deficiências significativas no relatório de recomendações do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que requeiram comentário dos Diretores da Companhia.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 - Programa de integridade

**a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

O advento da Lei Anticorrupção e Decretos correlatos, reafirmou a exigência já praticada pelo mercado acerca da implementação de mecanismos de Integridade, transparência e governança. Com esses motivadores a Equatorial Energia consolidou seu compromisso com uma cultura corporativa íntegra através da estruturação de um Programa de Integridade e Compliance, fundado em pilares que refletem o "modelo Equatorial" de Desenvolvimento: com respeito a normas, regulamentos e leis, visando prevenir riscos e mitigar impactos, enquanto o negócio se expande e prospera.

O Programa de Integridade do Grupo Equatorial é dotado de políticas, normas e procedimentos, entre os quais destaca-se a Política de Anticorrupção, aprovada em 11/01/2022 e que é reavaliada bianualmente. Cumpre destacar, ainda a incorporação do tema Compliance no mapeamento de riscos da Companhia, que passa por atualizações também a cada 2 anos.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Para uma melhor organização interna do Programa de Integridade, este foi estruturado em Pilares e para monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, existe uma atuação conjunta. A área de *Compliance* foi formalmente criada em 2017 e ao longo dos anos passou por adaptações, sendo hoje responsável pela total aderência do Programa na Equatorial Energia.

Adicionalmente, o Comitê de Ética da Companhia atua na prevenção, detecção e remediação de fraudes., com atuação também em suas controladas, cujos processos e mecanismos são revisados por analistas de riscos e consultores de qualidade, bem como pela Auditoria Interna quando do cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna.

Por fim, a Área Executiva de Riscos e Controles Internos da Companhia, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, tem como objetivo propiciar a melhor prática de gestão de riscos e controles internos para resguardar o Grupo Equatorial, considerando sua estratégia, processos e ativos, de eventuais riscos. A Equatorial Energia atua nas três linhas de defesa voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes, normatizando seus processos administrativos, operacionais e financeiros, que periodicamente são revisados por analistas de risco e consultores de qualidade. Para mais informações sobre as linhas de defesa, vide item 5.1(b)(iii).

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta do Grupo Equatorial contempla ações e princípios que norteiam as relações de seus conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes e todos os colaboradores das empresas do Grupo Equatorial Energia, independentemente de seu nível hierárquico, cargo, função ou local de atuação.

**• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

### 5.3 Programa de integridade

Desde a contratação ou designação, os colaboradores, conselheiros e corpo diretivo recebem treinamentos, assim como, periodicamente, participam de palestras educativas com relação a temas tratados no referido documento. Tais membros também recebem treinamentos de atualização a cada alteração implantada no Código de Ética e Conduta, de forma a estarem atualizados com os temas incluídos ou que sofrerem alterações.

O Grupo Equatorial possui plataforma digital do Programa de Integridade da Equatorial Energia, na qual consta treinamento de Ética, que emite relatório preciso do grau de absorção do conteúdo pelo colaborador treinado.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Cabe ao Comitê de Ética a recomendação de aplicação das medidas disciplinares, que variam de acordo com a gravidade das transgressões identificadas e apuradas. As sanções estão previstas em norma específica e incluem: advertência verbal, advertência formal, suspensão, desligamento sem justo e com justo motivo.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O novo código de ética do Grupo Equatorial foi aprovado em 22 de março de 2022 pelo Conselho de Administração e pode ser acessado através do *website* da Companhia <ri.equatorialenergia.com.br>.

**b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Grupo Equatorial possui canal de denúncias interno, cuja gestão é de responsabilidade de empresa terceirizada, para envio de críticas, reclamações, relatos de casos de descumprimento do Código de Ética e Conduta ou sugestões referentes à ética e conduta profissional.

**• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias do Grupo Equatorial está aberto aos empregados e terceiros, que mantém relacionamento com o Grupo Equatorial, sendo disponibilizado por meio de endereço na *internet* e por telefone, 24 horas por dia.

**se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Todas as informações são recebidas e tratadas confidencialmente pela Auditoria Interna do Grupo Equatorial e o anonimato da fonte denunciante é devidamente mantido. O canal gera protocolo para acompanhar o andamento do processo até a finalização da apuração.

**• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Gerência de Auditoria, Riscos e Controles Internos é responsável pela apuração de denúncias recebidas através do Canal de Denúncias da Companhia.

**c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não houve nos últimos três exercícios sociais casos de irregularidades, desvios, fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

**d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas**

### **5.3 Programa de integridade**

**para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5.4 Alterações significativas**

### **5.4 - Alterações significativas**

Em 2022, a Companhia reestruturou seu processo de gerenciamento de riscos com o desenvolvimento de política específica, além de uma norma de procedimentos interna para orientar e padronizar seus processos.

O processo de acompanhamento foi estruturado e integrado ao modelo de gestão para incorporar a gestão de riscos ao processo de acompanhamento de metas da Companhia.

Atualmente são acompanhados 35 indicadores de riscos e mais de 60 recomendações de melhorias de processos já foram implementadas.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.